

## APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 07/04/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Trabalho**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 5 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 6, 17, 40, 89 e 90.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MPT**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/393348ac-e0d9-45b5-98f1-11be7fc3a47b>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/5f2fa008-6d4e-4375-83e9-cb211bcd5dc>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**QUESTÃO 01.** Considerando que as convenções internacionais sobre direitos humanos podem ser equivalentes a emendas constitucionais, analise as assertivas:

**I - Dependem de quórum qualificado de aprovação, em cada uma das casas do Congresso Nacional, por dois terços dos votos de seus membros.**

**II - É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.**

**III - O ato de depósito do instrumento de ratificação de um tratado ou convenção junto ao organismo internacional é suficiente para a sua entrada em vigor e aplicação no Brasil, diante do caráter de direitos humanos inserido no documento internacional.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas a assertiva I está correta.**
- b) Apenas a assertiva II está correta.**
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema convenções internacionais sobre direitos humanos.

A assertiva I está incorreta porque afirma que as convenções internacionais sobre direitos humanos dependem de quórum qualificado de aprovação, por dois terços dos votos dos membros de cada uma das casas do Congresso Nacional, para terem equivalência a emendas constitucionais. Contudo, de acordo com o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal (CF), apenas os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. O quórum mencionado na questão (dois terços) não se aplica a este processo, mas sim o quórum de três quintos.

A assertiva II está correta e é confirmada pelo artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece como competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Isso significa que somente o Congresso Nacional pode dar a última palavra sobre a ratificação e a aplicabilidade desses instrumentos internacionais.

A assertiva III está incorreta porque sugere que o simples depósito do instrumento de ratificação de um tratado ou convenção internacional junto ao organismo internacional é suficiente para que este entre em vigor e tenha aplicabilidade no país, apenas por tratar de direitos humanos. No entanto, conforme estabelece o artigo 49, V, da CF e o processo de incorporação de tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro, a entrada em vigor de tais tratados no Brasil depende de sua promulgação por meio de um decreto presidencial, após a ratificação pelo Congresso Nacional. O depósito do instrumento de ratificação é um passo necessário no âmbito internacional, mas, internamente, a promulgação é essencial para que o tratado tenha eficácia jurídica.

Portanto, considerando que apenas o item II está correto, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 02. A Constituição Federal consagra a participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação de políticas públicas, o que ocorre comumente, na forma da lei, por meio de conselhos de direitos. Analise as assertivas:**

**I - A participação social em conselhos de direitos por organizações representativas visa a formulação de políticas públicas, cujos controles estão previstos constitucionalmente na assistência social, na saúde e na educação com repercussão em outros setores.**

**II - A natureza constitucional da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência permite afirmar que em todos os processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, em especial as políticas públicas, serão realizadas consultas com a participação ativa de pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por meio de suas organizações representativas.**

**Além disso, conselhos criados na forma da lei, em todos os níveis da federação, têm legitimidade para elaborar, monitorar e controlar políticas públicas que lhes são afetas.**

**III - Os conselhos criados na forma da lei, em todos os níveis da federação, têm legitimidade para elaborar, monitorar e controlar políticas públicas que lhes são afetas.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema conselho de direitos.

A assertiva I está correta. A participação social em conselhos de direitos para a formulação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal nos artigos relacionados à assistência social, saúde e educação, e tem efeitos em outros setores. Especificamente, o artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, que versa sobre a assistência social, estabelece a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Igualmente, os artigos 198 e 206 da CF reforçam esse mecanismo de participação social nos setores da saúde e da educação, respectivamente.

A assertiva II está correta. O artigo 4º, parágrafo 3º, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao qual o Brasil é signatário e que foi recepcionado com status constitucional, exige que os Estados Partes consultem as pessoas com deficiência, por meio de suas organizações representativas, na formulação e implementação de legislações e políticas públicas que lhes digam respeito. Isso assegura a participação ativa desse grupo na tomada de decisões, garantindo que suas necessidades e direitos sejam adequadamente contemplados.

A assertiva III está correta. Conforme estabelecido pelo artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, os conselhos criados na forma da lei em todos os níveis da federação (federal, estadual e municipal) têm a prerrogativa de participar da elaboração, monitoramento e controle das políticas públicas de assistência social, o que é extensível por analogia a outros setores, como saúde e educação, conforme os princípios de participação social inscritos na CF.

Portanto, considerando que todos os itens I, II e III estão corretos, as alternativas, B, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 03. Considerando a Constituição de 1988, interpretada pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas:**

**I - O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo.**

**II - A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da Federação diverso.**

**III - É constitucional o uso de ações afirmativas, tal como a utilização do sistema de reserva de vagas por critério étnico-racial, na seleção para ingresso no ensino superior público.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Todas as assertivas estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- e) Não respondida.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos temas 832, 564 e 203 do STF em sua jurisprudência consolidada.

A assertiva I está correta. Direito de Acesso a Informações (Tema 832 STF). O direito fundamental de acesso a informações está assegurado no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. O Supremo Tribunal Federal, através do Tema 832, reforça que o parlamentar, na sua condição de cidadão, tem pleno direito de acesso a essas informações, tanto de interesse pessoal quanto coletivo. Isso enfatiza a transparência e a prestação de contas como princípios fundamentais do regime democrático, garantindo o exercício de fiscalização pelo cidadão e pelos representantes eleitos.

A assertiva II está correta. Proibição da Segunda Reeleição (Tema 564 STF). O artigo 14, § 5º, da Constituição Federal, discorre sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos do Poder Executivo em caso de reeleição. O STF, no Tema 564, esclareceu que essa proibição é absoluta, aplicando-se a situação em que um cidadão que já tenha exercido dois mandatos consecutivos em um cargo de Chefe do Poder Executivo (como Presidente, Governador ou Prefeito), mesmo que em entidades federativas diferentes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), torna-se inelegível para um terceiro mandato consecutivo na mesma categoria de cargo. Essa interpretação visa evitar a perpetuação no poder e assegurar a alternância no exercício de cargos executivos, fortalecendo a democracia.

A assertiva III está correta. Uso de Ações Afirmativas no Ensino Superior (Tema 203 STF). O STF, por meio do Tema 203, reconheceu a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas, incluindo o sistema de reserva de vagas (cotas) por critérios étnico-raciais, para ingresso no ensino superior público. Essa decisão fundamenta-se na promoção da igualdade material e no combate às desigualdades históricas e sociais enfrentadas por grupos marginalizados. As cotas são vistas como instrumentos para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa, em linha com os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e do objetivo fundamental de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Portanto, considerando que todos os itens I, II e III estão corretos, as alternativas, B, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 04. Considerando a Constituição de 1988, interpretada pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:**

**a) É lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana, sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível e o princípio da separação dos poderes.**

**b) Município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.**

**c) Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e**

**hierarquização, não compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento das prestações, conforme as regras de repartição de competências, e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.**

**d) É inconstitucional a promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte incontroversa de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de jurisprudências consolidadas do STF.

A alternativa A está incorreta. O RE 592.581 contradiz a afirmação feita nesta opção: “É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o artigo 5º (inciso XLIX) da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos Poderes”

A alternativa B está correta. Conforme o Tema 145 do STF, o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal).

A alternativa C está incorreta. Nos termos do tema 793 do STF, os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

A alternativa D está incorreta. Ainda, o tema 595 do STF informa que é constitucional a promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte incontroversa de projeto da lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto, inexistindo vício de inconstitucionalidade dessa parte inicialmente publicada pela ausência de promulgação da derrubada dos vetos.

A alternativa E está incorreta. A questão possui resposta na letra B.

**QUESTÃO 05. Analise as assertivas, considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:**

**I - A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.**

**II - Em razão do princípio da supremacia do interesse público, não é possível a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes que impeça a realização de convênios, acordos ou ajustes visando a transferência voluntária de recursos.**

**III - Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas a assertiva III está correta.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das jurisprudências consolidadas no STF.

A assertiva I está correta. Tema 280 do STF - A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

A assertiva II está incorreta. Tema 327 do STF - A inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido: a) após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada); b) após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.

A assertiva III está correta. Tema 366 do STF - Tese: Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Portanto, considerando que todos os itens I e III estão corretos e item II está incorreto, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

**QUESTÃO 06. Sobre as previsões constitucionais expressas relacionadas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA:**

**a) Compete ao Ministério Público promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores apontados por comissões parlamentares de inquérito, que possuem poderes de investigação próprios de autoridades judiciais.**

**b) A organização do Ministério Público é fixada por lei de iniciativa privativa do Presidente da República.**

**c) Os Ministérios Públicos da União e dos Estados formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.**

**d) O Ministério Público deve intervir em todos os atos processuais das demandas promovidas diretamente por indígenas, suas comunidades ou organizações para a defesa dos seus direitos e interesses.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra C** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema previsões constitucionais expressas relacionadas ao Ministério Público.

Embora a banca tenha apontado pela alternativa C como incorreta, o Curso Estratégia Carreiras Jurídicas entende que a alternativa B também está incorreta, motivo pelo qual deve anular a questão.

A alternativa A está correta. Artigo 58, parágrafo 3º, da Constituição Federal: “§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

A alternativa B está correta. O Artigo 61, § 1º, II, “d” da Constituição estabelece que a organização do Ministério Público da União e do Ministério Público do Trabalho, entre outros, é de iniciativa privativa do Presidente da República: “d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;”

Todavia, o Artigo 128, § 5º, estabelece: “§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:”

Assim, pelo princípio da Unidade da Constituição, a interpretação que deve ser dada ao aparente conflito entre as normas é a de que a iniciativa para normas gerais sobre a organização do Ministério Público é concorrente entre o Presidente da República e o Procurador-Geral da República (PGR). Já sobre organização específica, a iniciativa normativa seria atribuição do PGR ou do Procurador-Geral de Justiça, no âmbito estadual. Motivo pelo qual a alternativa também seria incorreta sob o ponto de vista deste curso preparatório.

A alternativa C está incorreta. Conforme o artigo 128, § 3º, da Constituição Federal “Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.”

Enquanto que o artigo 128, § 1º, da CF, prevê: “O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.”

Assim, não há que se falar na formação de lista tríplice no âmbito da União.

A alternativa D está correta. Consoante Artigo 232 da CF: “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.”

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa C.

**QUESTÃO 07. Assinale a alternativa INCORRETA à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o estado de coisas inconstitucional:**

**a) O estado de coisas inconstitucional caracteriza-se pela situação de violação massiva de direitos fundamentais, inércia ou incapacidade reiterada de persistente das autoridades públicas em modificarem a situação e necessidade de atuação, visando a superar as transgressões de uma pluralidade de órgãos.**

**b) O Supremo Tribunal Federal deverá promover o diálogo interinstitucional e social, de modo a legitimar a intervenção judicial em matéria de política pública, incorporando a participação dos demais Poderes, de especialistas e da comunidade na construção da solução, em atenção às distintas capacidades institucionais.**

**c) É possível ao Supremo Tribunal Federal a determinação de elaboração, pelo Poder Executivo, de um plano nacional para a superação, em prazo determinado, do estado de coisas inconstitucional.**

**d) A determinação de fiscalização, pelo Conselho Nacional de Justiça, de eventual plano de ação proposto pelo Executivo caracteriza usurpação da competência legislativa da União e violação dos princípios federativo e de separação dos poderes.**

**e) Não respondida.**

## Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema discutido na ADPF 347 do STF.

A alternativa A está correta. Descreve adequadamente o conceito de estado de coisas inconstitucional, destacando a violação massiva de direitos fundamentais e a inércia das autoridades públicas.

A alternativa B está correta. Reflete a necessidade de diálogo interinstitucional e social para legitimar a intervenção judicial em matérias de políticas públicas, conforme destacado pelo STF em diversos casos, neles incluindo a ADPF 347.

A alternativa C está correta. Sim, é possível. O Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer um estado de coisas inconstitucional, pode determinar ao Poder Executivo a elaboração de um plano nacional com prazos específicos para sua superação, visando corrigir violações massivas de direitos fundamentais e restaurar a ordem constitucional.

A alternativa D está incorreta. Não caracteriza usurpação. Na ADPF 347, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de um estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro, caracterizado por uma violação massiva de direitos fundamentais dos detentos. Foi estabelecido que para superar tal estado, é necessária a atuação cooperativa entre diversas autoridades, instituições e a comunidade. Neste contexto, a Corte determinou que União, Estados, Distrito Federal e o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) deveriam elaborar planos de ação para a superação dos problemas identificados, os quais deveriam ser submetidos à homologação do STF. Portanto, longe de caracterizar usurpação de competência ou violação dos princípios federativo e de separação de poderes, a participação do CNJ, conforme orientado pelo STF, visa à implementação de medidas judiciais efetivas para enfrentar o estado de coisas inconstitucional, em linha com as suas atribuições de fiscalização e monitoramento do Poder Judiciário.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa D.

### **QUESTÃO 08. Assinale a alternativa INCORRETA:**

**a) A ação direta de inconstitucionalidade representa meio de ativação da jurisdição constitucional concentrada, ensejando ao Supremo Tribunal Federal o desempenho de típica função política no processo de verificação da compatibilidade vertical de normas estatais contestadas em face da Constituição Federal.**

**b) A Constituição de 1988 há de ser entendida em função do próprio espírito que a anima na elaboração teórica do conceito de bloco de constitucionalidade, cujo significado projeta-se para além da totalidade das regras constitucionais escritas e dos princípios contemplados na Constituição formal, não abrangendo, porém, normas de caráter infraconstitucional.**

**c) Além da compatibilidade vertical, na aferição, em abstrato, da constitucionalidade de determinado ato normativo, é possível que o Supremo Tribunal Federal analise o vínculo de ordem temporal entre a norma constitucional e os atos estatais hierarquicamente inferiores.**

**d) A Emenda Constitucional posterior à instauração do processo de controle normativo abstrato que tenha suprimido ou alterado, substancialmente, o dispositivo constitucional tido por violado, acarreta a prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema discutido na ADI 2971 AgR/RO.

A alternativa A está correta. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é um instrumento de controle concentrado de constitucionalidade, permitindo ao STF analisar a compatibilidade de normas estatais com a Constituição, exercendo uma função que tem importantes implicações políticas.

A alternativa B está incorreta. Contraria o entendimento expresso pelo Supremo Tribunal Federal sobre o conceito de bloco de constitucionalidade, especialmente considerando o julgamento da ADI 2971. O bloco de constitucionalidade é um conjunto de normas que, embora não estejam formalmente no texto da Constituição, são consideradas essenciais para a interpretação e aplicação de seus princípios e direitos fundamentais. Isso inclui normas de caráter infraconstitucional que, por sua natureza, estão alinhadas aos valores e princípios constitucionais, ampliando, assim, o entendimento e a eficácia da Constituição. Portanto, a afirmativa de que o bloco de constitucionalidade "não abrangendo, porém, normas de caráter infraconstitucional" é incorreta, visto que o conceito de bloco de constitucionalidade justamente permite a inclusão de normas infraconstitucionais que complementam e dão efetividade aos princípios constitucionais.

A alternativa C está correta. O STF pode, de fato, considerar o vínculo temporal entre normas constitucionais e atos estatais inferiores ao avaliar a constitucionalidade destes últimos, analisando a sua compatibilidade com a Constituição à luz do momento de sua criação. Assim, ao falar em controle de constitucionalidade o parâmetro, leia-se constituição, deverá ser anterior à norma submetida ao controle. Caso a norma seja anterior ao parâmetro, leia-se, novamente, constituição, não se tem controle de constitucionalidade. Mas sim, juízo de recepção ou não recepção constitucional.

A alternativa D está correta. Se uma Emenda Constitucional alterar ou suprimir o dispositivo constitucional que está sendo questionado em uma ADI, tal fato pode tornar a ação sem objeto, pois o parâmetro de controle não existe mais na forma que estava no início do processo constitucional.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa B.

### **QUESTÃO 09. Analise as assertivas:**

**I - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção compartilhada a cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e participação da comunidade.**

**II - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, entre outros: a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal a toda pessoa com deficiência e idosa.**

**III - Para assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida e ao meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Todas as assertivas estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- d) Apenas a assertiva III está correta.**
- e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas seguridade social e meio ambiente.

A assertiva I está incorreta. A Constituição Federal, em seu artigo 198, inciso I, estabelece que as ações e serviços públicos de saúde devem ser organizados de acordo com a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, e não com direção compartilhada como mencionado. Esse princípio visa garantir a eficiência e a responsabilidade de cada esfera do governo (federal, estadual e municipal) na gestão dos serviços de saúde, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

A assertiva II está incorreta. Conforme o artigo 203, inciso V, da Constituição, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. No entanto, a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal não se aplica a toda pessoa com deficiência e idosa de forma indiscriminada, mas apenas àquelas que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Esse é o critério para o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A assertiva III está correta. O artigo 225, parágrafo 5º, da Constituição, atribui ao Poder Público a responsabilidade de controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Este dispositivo enfatiza a obrigação estatal de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, abordando de maneira direta a preocupação com a saúde pública e a proteção ambiental.

Portanto, considerando que os itens I e II estão incorretos e item III está correto, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

**QUESTÃO 10. Analise as assertivas de acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:**

**I - A demarcação de terras indígenas consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena.**

**II - A posse tradicional indígena não se distingue da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas; utilizadas para suas atividades produtivas; imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.**

**III - A ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a tutela constitucional do meio ambiente, sendo assegurado o exercício das suas atividades tradicionais.**

**IV - É dever da União efetivar o procedimento demarcatório das terras indígenas, sendo admitida a formação de áreas reservadas somente diante da absoluta impossibilidade de concretização da ordem constitucional de demarcação, devendo ser ouvida, em todo caso, a comunidade indígena.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**d) Apenas a assertiva III está correta.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema 1031 do STF.

A assertiva I está correta. A demarcação de terras indígenas é um procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidades indígenas. Isso confirma o entendimento do STF de que o direito dos indígenas à terra é anterior e independente de qualquer ato estatal.

A assertiva II está incorreta. A posse tradicional indígena tem um conceito específico e diferenciado da posse civil, de acordo com a jurisprudência do STF. A posse indígena é determinada por critérios próprios, ligados à ocupação tradicional e aos usos, costumes e tradições das comunidades indígenas, não se encaixando na categoria de posse entendida no direito civil comum.

A assertiva III está correta. Reflete o entendimento de que a ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a proteção ao meio ambiente prevista na Constituição, e que é assegurado aos indígenas o exercício de suas atividades tradicionais dentro dessas terras.

A assertiva IV está correta. Estabelece o dever da União de efetivar o procedimento demarcatório das terras indígenas, indicando que a criação de áreas reservadas é uma medida excepcional, devendo sempre ser ouvida a comunidade indígena afetada. Esse princípio reforça a participação indígena no processo demarcatório e a busca por soluções que respeitem seus direitos originários.

Portanto, considerando que todos os itens I, III e IV estão corretos e item II está incorreto, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 11. Com relação aos direitos constitucionalmente garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou com justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.**

**b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.**

**c) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.**

**d) Participação nos lucros ou resultados vinculada à remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do artigo 7º da Constituição Federal - direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

A alternativa A está incorreta. A Constituição, no artigo 7º, inciso I, protege a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que deverá prever indenização compensatória, entre outros direitos. A alternativa está incorreta porque confunde as condições da proteção contra despedida, especificando incorretamente como "arbitrária ou com justa causa", quando na verdade é "arbitrária ou sem justa causa".

A alternativa B está incorreta. O seguro-desemprego é garantido em caso de desemprego involuntário (não voluntário), como previsto no artigo 7º, inciso II, da Constituição. Esta garantia visa proteger o trabalhador em situações de desemprego forçado, não abrangendo decisões voluntárias de deixar o emprego.

A alternativa C está correta. De acordo com o artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal, que assegura a irredutibilidade do salário, exceto quando previsto em convenção ou acordo coletivo. Este dispositivo garante proteção ao salário do trabalhador, permitindo a flexibilização apenas mediante negociação coletiva, o que reflete o princípio da valorização do trabalho humano e da negociação coletiva como mecanismos de ajuste das relações laborais.

A alternativa D está incorreta. A participação nos lucros ou resultados é assegurada como direito dos trabalhadores no artigo 7º, inciso XI, da Constituição, sendo expressamente desvinculada da remuneração. A possibilidade de participação na gestão da empresa é prevista como excepcional e conforme definido em

lei. A alternativa está incorreta ao afirmar que a participação nos lucros ou resultados é vinculada à remuneração.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa C.

#### **QUESTÃO 12. Analise as assertivas:**

**I - É da competência do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a ação em que todos os membros da magistratura, ainda que indiretamente interessados, e aqueles em que todos os membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam indiretamente interessados.**

**II - O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de catorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.**

**III - Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas julgamento de magistrados, composição do CNMP e incidente de deslocamento de competência.

A assertiva I está incorreta. A competência para processar e julgar, originariamente, a ação em que todos os membros da magistratura sejam, direta ou indiretamente, interessados, ou em que todos os membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam indiretamente interessados, é do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme o artigo 102, I, "n", da Constituição Federal, e não do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esse tipo de competência origina-se da necessidade de preservar a imparcialidade do julgamento.

A assertiva II está incorreta. Esta assertiva é incorreta porque afirma que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é composto por catorze membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. No entanto, a Constituição, em seu artigo 130-A, especifica a composição do CNMP e o processo de nomeação

dos seus membros, implicando que a aprovação pelo Senado Federal deve ser por maioria absoluta, e não simples.

A assertiva III está correta. O artigo 109, §5º, da Constituição Federal, que estabelece a possibilidade de o Procurador-Geral da República suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em qualquer fase do inquérito ou processo, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos. Essa disposição visa assegurar o cumprimento das obrigações internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos.

Portanto, considerando que todos os itens I e II estão incorretos e item III está correto, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 13. Acerca dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, é INCORRETO afirmar:**

**a) Não estão explicitamente previstos em dispositivos normativos constitucionais.**

**b) Não são violados por lei municipal que estabelece a obrigação da implantação, nos shoppings centers, de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado para o atendimento de emergência.**

**c) Orientam a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal que não afasta a estabilidade provisória da gestante ocupante de cargo em comissão.**

**d) Estão previstos explicitamente na lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assim como na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra B** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema princípios constitucionais implícitos - razoabilidade e proporcionalidade.

A alternativa A está correta. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não estão explicitamente previstos na Constituição Federal, mas são reconhecidos e aplicados pelo Supremo Tribunal Federal como princípios implícitos, derivados do devido processo legal e dos fundamentos dos direitos e garantias fundamentais.

A alternativa B está incorreta. A alternativa sugere que a imposição legal para shoppings centers de manterem ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro equipado não viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Contudo, a análise sobre a violação ou não desses princípios depende do contexto específico, das exigências impostas e da capacidade dos estabelecimentos de cumprir tais obrigações de maneira razoável. O RE 833.291 fornece um contexto em que tal obrigação foi questionada, evidenciando que a determinação de razoabilidade ou proporcionalidade de uma lei envolve análise detalhada e contextual.

A alternativa C está correta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como indicado no RE 842.844, sustenta que a estabilidade provisória da gestante se aplica inclusive para ocupantes de cargo em comissão,

demonstrando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na proteção dos direitos trabalhistas das gestantes.

A alternativa D está correta. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão explicitamente mencionados em leis infraconstitucionais, como a Lei 9.784/1999, artigo 2º, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e a Lei 14.133/2021, artigo 5º, Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Essas menções legislativas reforçam a aplicabilidade desses princípios nas ações da administração pública.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa B.

**QUESTÃO 14. Quanto à competência legislativa dos entes federativos, analise as assertivas:**

**I - Compete concorrentemente à União e aos Municípios legislar sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por supermercados ou similares.**

**II - Compete privativamente à União legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, ilícitos e responsabilidade na área de dados pessoais.**

**III - É compatível com a Constituição de 1988, lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro.**

**IV - Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema competência legislativa dos entes federativos.

A assertiva I está incorreta. É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre questões de defesa do consumidor, de acordo com o artigo 24, V e VIII, da Constituição Federal. Municípios não possuem competência concorrente com a União para legislar sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por supermercados ou similares. A decisão do STF no RE 839950/RS reitera que questões específicas como estas não se enquadram na

competência municipal. Entretanto, alguns aspectos do consumo podem se relacionar à competência complementar dos municípios para tratar de questões locais.

A assertiva II está correta. De acordo com o artigo 22, inciso XXX, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, incluindo os ilícitos e a responsabilidade na área de dados pessoais. Essa competência privativa reflete a necessidade de uma regulamentação uniforme em todo o território nacional sobre um tema que afeta diretamente a privacidade e a proteção de informações pessoais dos cidadãos.

A assertiva III está incorreta. A competência para legislar sobre trânsito e transporte é privativa da União, conforme o artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal. Assim, uma lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro está em desacordo com a Constituição, uma vez que interfere em uma matéria de competência privativa da União.

A assertiva IV está correta. O artigo 24, incisos IX e seguintes, da Constituição Federal estabelecem a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Isso significa que esses entes federativos podem legislar sobre essas matérias de forma a complementar e harmonizar as normas gerais estabelecidas pela União com as especificidades regionais e locais.

Portanto, considerando que os itens II e IV estão corretos e os itens I e III estão incorretos, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 15. Sobre o instituto da intervenção, analise as assertivas:**

**I - A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, entre outros, manter a integridade nacional, repelir invasão de uma unidade da Federação em outra, prover a execução de ordem ou decisão judicial e assegurar a observância dos direitos da pessoa humana.**

**II - A União intervirá nos Estados para assegurar a observância da aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; e os Estados intervirão em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.**

**III - A intervenção dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal ou de qualquer dos Poderes da Federação; de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho ou do Superior Tribunal Militar no caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária; de representação do Procurador-Geral da República, para observância dos princípios constitucionais e no caso de recusa à execução de lei federal. Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

c) Apenas a assertiva I está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema intervenção federal.

A assertiva I está correta. A Constituição Federal, no artigo 34, estabelece as situações em que a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal, incluindo para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra, prover a execução de ordem ou decisão judicial, e assegurar a observância dos direitos da pessoa humana. Portanto, essa assertiva está correta conforme especificado pelo artigo 34 da CF.

A assertiva II está correta. Conforme o artigo 34, inciso VII, e o artigo 35, inciso III, da Constituição Federal, a União pode intervir nos Estados, e os Estados podem intervir em seus Municípios, para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Essa previsão tem como objetivo garantir o cumprimento dos mínimos constitucionais de investimento em áreas essenciais, como educação e saúde.

A assertiva III está incorreta. A assertiva III está incorreta em relação aos detalhes sobre o procedimento de intervenção. De acordo com o artigo 36, II, da Constituição Federal, a intervenção dependerá, entre outros critérios, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todavia, não há possibilidade de intervenção à pedido do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou Superior Tribunal Militar (STM).

Portanto, considerando que os itens I e II estão corretos e o item III está incorreto, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

### QUESTÃO 16. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O princípio da universalidade dos direitos humanos pressupõe sua aplicação exclusiva a todos os cidadãos de um país, independentemente de qualquer condição ou de onde se encontrem.

b) A respeito da progressividade dos direitos humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que os Estados Partes se comprometem a adotar providências, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem dos direitos econômicos, sociais e culturais, contantes da Carta das Organização dos Estados Americanos, independentemente dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

c) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego, não lhe sendo garantido, entretanto, igual remuneração por igual trabalho.

**d) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas, sendo-lhe garantida, também, uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. O princípio da universalidade dos direitos humanos não se aplica exclusivamente aos cidadãos de um país, mas a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade ou qualquer outra condição. A universalidade implica que os direitos humanos são garantidos a todas as pessoas em todo o mundo.

A alternativa B está incorreta. Embora a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) estabeleça a obrigação dos Estados de adotar providências para a progressiva efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais, ela especifica que isso deve ser feito "na medida dos recursos disponíveis" (Artigo 26 da CADH), o que contradiz a afirmação de que é independente dos recursos disponíveis.

A alternativa C está incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que toda pessoa tem direito à igual remuneração por trabalho igual, sem qualquer distinção (Artigo 23, inciso II). Isso contradiz a afirmação de que não há garantia de igual remuneração por igual trabalho.

A alternativa D está correta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, especificamente nos artigos 23 e 24, estabelece o direito ao trabalho, a condições justas e favoráveis de trabalho, à limitação razoável das horas de trabalho, a férias remuneradas periódicas e a uma remuneração justa e satisfatória. Esses direitos visam assegurar a todos uma existência compatível com a dignidade humana, reconhecendo a importância do descanso, do lazer e da proteção social.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa D.

**QUESTÃO 17. Sobre os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, analise as assertivas:**

**I - Os Estados devem garantir a todos, incluindo empresas, a proteção contra violações a direitos humanos cometidas em seu território e/ou jurisdição por terceiros, devendo adotar as medidas adequadas para prevenir, investigar, punir e reparar essas violações por meio de políticas públicas, normas, regulamentação e apreciação judicial. II - A responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos refere-se àqueles internacionalmente reconhecidos, entendidos, no mínimo, como os direitos expressos na Carta Internacional de Direitos Humanos e os princípios de direitos fundamentais estabelecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.**

**III - A responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos aplica-se a todas elas, independentemente de seu tamanho, setor, contexto operacional, propriedade e estrutura.**

**IV - Como parte de seu dever de proteção contra violações a direitos humanos relacionadas com atividades empresariais, os Estados devem tomar medidas adequadas para garantir, por meios judiciais, administrativos, legislativos ou outros meios apropriados que, quando essas violações ocorram em seu território ou jurisdição, os indivíduos ou grupos impactados tenham acesso a mecanismos de reparação eficazes.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, conforme apontado pela banca. Todavia, há a possibilidade de se discutir o erro do item I já que as empresas, segundo a maioria da doutrina, não são titulares de direitos humanos. A questão trata do tema Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

A assertiva I está correta. Esta assertiva está alinhada com o Princípio número 1 dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, que afirma que os Estados têm o dever de proteger contra violações dos direitos humanos em seu território e/ou jurisdição por terceiros, incluindo empresas. Embora a doutrina tradicional ensine que as pessoas jurídicas, em regra, não são titulares de direitos humanos (com exceções como sindicatos em contextos específicos), esta assertiva foca no dever do Estado de proteger contra violações, o que inclui ações para prevenir, investigar, punir e reparar violações de direitos humanos envolvendo empresas.

Assim, embora a banca examinadora tenha apontado o item I como correto, pode-se questionar a validade da alternativa, diante da doutrina majoritária, a qual aponta que empresas não são titulares de direitos humanos.

A assertiva II está correta. Esta assertiva reflete o Princípio 12 dos Princípios Orientadores, que determina a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, abrangendo, no mínimo, os direitos expressos na Carta Internacional dos Direitos Humanos e os princípios da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

A assertiva III está correta. De acordo com o Princípio 14 dos Princípios Orientadores, a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos se aplica a todas, independentemente de seu tamanho, setor,

contexto operacional, propriedade e estrutura. Este princípio enfatiza a universalidade da obrigação empresarial em respeitar os direitos humanos.

A assertiva IV está correta. Conforme o Princípio 25 dos Princípios Orientadores, é dever do Estado garantir por meios judiciais, administrativos, legislativos ou outros meios apropriados que, quando violações dos direitos humanos ocorram em relação com atividades empresariais, os indivíduos ou grupos impactados tenham acesso a mecanismos de reparação eficazes.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

#### **QUESTÃO 18. Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, toda mulher tem o direito a ser livre de violência, abrangendo o direito a ser livre de todas as formas de discriminação, de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.**

**b) Para os efeitos da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, não será entendida como tortura a aplicação de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima ou a diminuir sua capacidade física ou mental, quando não causarem dor física ou angústia psíquica.**

**c) Para os fins da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em razão da hipossuficiência e da subordinação jurídica, não serão considerados responsáveis pelo delito de tortura os empregados que, atuando nessa condição, ordenem sua comissão ou insistem ou induzam a ela.**

**d) De acordo com o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte, não será admitida reserva alguma ao seu teor, sendo vedado aquele, no momento da ratificação ou adesão, os Estados Partes declararem que se reservam o direito de aplicar a pena de morte em tempo de guerra.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A alternativa A está correta. A alternativa reflete corretamente os princípios e disposições da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (também conhecida como Convenção de Belém do Pará), que visa proteger as mulheres contra todas as formas de violência e discriminação, conforme artigo 3º desta Convenção.

A alternativa B está incorreta. A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura considera tortura qualquer ato que cause dor ou sofrimento físico ou mental a uma pessoa, com fins como a obtenção de informações ou confissões, ou por qualquer razão baseada em discriminação. Portanto, a afirmação de que métodos que anulam a personalidade da vítima ou diminuem sua capacidade física ou mental, sem causar dor física ou angústia psíquica, não seriam considerados tortura é incorreta segundo o artigo 2º da Convenção.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, não há isenção de responsabilidade para os empregados que ordenam, instigam ou induzem à tortura, independentemente de sua posição hierárquica. Portanto, a afirmação de que empregados que ordenam a comissão de tortura não seriam considerados responsáveis é incorreta conforme o artigo 3º da Convenção.

A alternativa D está incorreta. O Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte permite que os Estados, no momento da ratificação ou adesão, declarem reservas permitindo a aplicação da pena de morte em tempos de guerra, conforme estabelecido em seu texto. Essa possibilidade contradiz a afirmação de que não seria admitida reserva alguma ao seu teor, conforme artigo 2º do Protocolo.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa A.

**QUESTÃO 19. Assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas:**

**a) Entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma ou mais pessoas, seja de que forma for, desde que praticada por funcionários do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.**

**b) Os suspeitos dos atos constitutivos do delito do desaparecimento forçado de pessoas só poderão ser julgados pelas jurisdições de direito comum competentes, sem que Estado, com exclusão de qualquer outra jurisdição especial, particularmente a militar.**

**c) Somente em circunstâncias excepcionais, tais como estado de guerra ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, estará justificado o desaparecimento forçado de pessoas.**

**d) Toda pessoa privada de liberdade deve ser mantida em lugares de detenção oficialmente reconhecidos e apresentada, no prazo de até setenta e duas horas, à autoridade judiciária competente.**

**e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas.

A alternativa A está incorreta. Embora a alternativa "a" descreva de maneira próxima o conceito de desaparecimento forçado, ela é considerada incorreta porque simplifica o entendimento do desaparecimento forçado ao não incluir que este ato também pode ser realizado por pessoas ou grupos de pessoas que atuam com a autorização, apoio ou consentimento do Estado, conforme estabelecido no artigo 2º da Convenção.

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete o conteúdo da Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, especificamente no artigo 9º, que estipula que esses delitos devem ser tratados dentro da jurisdição de direito comum, excluindo a jurisdição militar ou qualquer outra especial.

A alternativa C está incorreta. A alternativa é expressamente contradita pelo artigo 10 da Convenção, que estabelece que, em nenhum caso, situações excepcionais como estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública podem ser invocadas para justificar o desaparecimento forçado. Portanto, o desaparecimento forçado não é justificado sob nenhuma circunstância.

A alternativa D está incorreta. A alternativa aponta para uma prática que deveria ser seguida pelos Estados para garantir os direitos da pessoa privada de liberdade, mas a Convenção enfatiza que todas as pessoas privadas de liberdade devem ser mantidas em lugares de detenção oficialmente reconhecidos e serem apresentadas sem demora à autoridade judiciária competente, de acordo com a legislação interna (artigo 11). A especificação de um prazo de setenta e duas horas não está expressamente mencionada na Convenção para essa finalidade.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa B.

**QUESTÃO 20. Analise as assertivas a respeito das atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos:**

**I - Receber denúncias pertinentes às violações aos direitos assegurados na Convenção Americana, apresentadas por pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização dos Estados Americanos.**

**II - Requerer à Corte Interamericana a imposição de medidas provisórias, em casos de extrema gravidade e urgência, para evitar danos irreparáveis às vítimas.**

**III - Formular recomendações aos governos dos Estados membros, quando considerar conveniente, para que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A assertiva I está correta. Conforme o artigo 44 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), tem o direito de apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos denúncias de violações dos direitos assegurados pela Convenção. Isso inclui a capacidade de receber e processar petições individuais que aleguem violações desses direitos.

A assertiva II está correta. O artigo 63 da CADH autoriza a Corte Interamericana de Direitos Humanos a adotar medidas provisórias em casos de extrema gravidade e urgência, e de risco de danos irreparáveis às pessoas. A Comissão também pode requerer à Corte a imposição dessas medidas provisórias para proteger as vítimas de violações de direitos humanos.

A assertiva III está correta. De acordo com o artigo 41, alínea "d", da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, uma das funções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formular recomendações aos governos dos Estados membros, com o objetivo de fomentar a proteção dos direitos humanos. Isso inclui recomendar a adoção de medidas progressivas que estejam alinhadas com as leis internas e os preceitos constitucionais dos Estados, além de disposições para promover o respeito a esses direitos.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

#### **QUESTÃO 21. Analise as assertivas:**

**I - São exemplos da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade; prevenção e repressão a penas, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a prevenção e combate à violência de gênero.**

**II - O reconhecimento da condição de refugiado impede o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio, em atendimento ao princípio da proibição da devolução do refugiado. Por sua vez, o asilo político baseia-se em premissas distintas, constituindo ato discricionário do Estado.**

**III - A Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta de sete juízes, nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, eleitos a título pessoal entre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, não devendo haver mais de um juiz da mesma nacionalidade.**

**IV - A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos será definitiva e inapelável, comprometendo-se os Estados a cumpri-la em todo caso em que forem partes.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de diversos temas como: atribuições do Ministério Público, condição de refugiado e asilo político, composição dos juízes da Corte IDH e eficácia da sentença desta Corte.

A assertiva I está correta. A atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos inclui a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade, a prevenção e repressão à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, além do combate à violência de gênero. Essas são áreas prioritárias de intervenção do Ministério Público para promover e proteger os direitos humanos.

A assertiva II está correta. De acordo com o artigo 33 da Lei 9.474/97, que regula a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil, o reconhecimento da condição de refugiado impede o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio. Isso está em linha com o princípio da não-devolução (non-refoulement), que proíbe a devolução de refugiados ao país onde possam enfrentar perseguição. O asilo político, de fato, é baseado em premissas distintas e constitui um ato discricionário do Estado.

A assertiva III está correta. Conforme o artigo 52 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta de sete juízes, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral e de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, garantindo que não haja mais de um juiz da mesma nacionalidade. Isso assegura a independência e a diversidade na composição da Corte.

A assertiva IV está correta. Os artigos 67 e 68 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelecem que as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos são definitivas e inapeláveis, e que os Estados partes se comprometem a cumpri-las integralmente. Isso reforça a autoridade da Corte e a obrigação dos Estados de implementar suas decisões.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

### **QUESTÃO 22. Analise as assertivas no contexto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos:**

**I - O Pacto de São José da Costa Rica é um tratado internacional que prevê direitos e liberdades que devem ser respeitados pelos Estados Partes, estabelecendo a competência privativa da Corte Interamericana de Direitos Humanos para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos contraídos pelos Estados Partes.**

**II - A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.**

**III - As relações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com os Estados, com a Organização dos Estados Americanos e seus organismos, e com outros organismos internacionais de caráter governamental relacionados com a promoção e a defesa dos direitos humanos serão regulamentadas mediante convênios especiais e tratados bilaterais. Assinale a alternativa CORRETA:**

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas a assertiva II está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas Convenção Americana de Direitos Humanos, Corte e Comissão.

A assertiva I está incorreta. A assertiva I é incorreta porque, embora o Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos) estabeleça direitos e liberdades que devem ser respeitados pelos Estados Partes, ele não atribui competência privativa à Corte Interamericana de Direitos Humanos para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos dos Estados Partes. Conforme o artigo 33 da Convenção, o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos é composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, cada um com suas funções específicas dentro do sistema.

A assertiva II está correta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é efetivamente uma instituição judiciária autônoma, cujas principais funções são a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Este ponto está correto e é confirmado pelo artigo 1º do Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos, destacando o papel da Corte no sistema de proteção dos direitos humanos no continente americano.

A assertiva III está incorreta. A assertiva III está incorreta porque a relação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com os Estados, com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus organismos, e com outros organismos internacionais governamentais relacionados à promoção e defesa dos direitos humanos, não requer regulamentação por meio de convênios especiais ou tratados bilaterais. A Comissão é um órgão principal e autônomo da OEA, criado pela Carta da OEA, e suas relações estão definidas nas disposições gerais e regulamentos internos da organização, não sendo necessária a criação de tratados específicos para regulamentar essas interações.

Portanto, considerando que apenas o item II está correto e os itens I e III estão incorretos, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 23. Considerando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:**

a) O Direito do Trabalho é considerado Direito Humano, sendo que as ofensas perpetradas pelo Estado, em ato comissivo ou omissivo, podem ser submetidas ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

b) Qualquer país integrante da Organização dos Estados Americanos que não tenha ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos pode ser representado na Comissão Interamericana diante de ofensas aos direitos humanos, hipótese em que se aplica a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

c) Na hipótese de desrespeito ao Direito Humano do Trabalho em solo brasileiro, é possível acionar o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, por meio da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana.

d) As deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no exercício de suas funções contenciosa e consultiva, constituem precedentes para os Estados integrantes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra C** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Direito ao/do Trabalho.

A alternativa A está correta. O Direito do Trabalho é, de fato, considerado um Direito Humano, e violações nesse âmbito podem ser submetidas ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos se configurarem violações aos direitos humanos consagrados nos instrumentos pertinentes.

A alternativa B está correta. Países que fazem parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) e não ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ainda estão sujeitos à jurisdição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com base na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa é incorreta porque, embora o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos possa ser acionado em casos de violações de direitos humanos, incluindo direitos relacionados ao trabalho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode ser acionada diretamente por indivíduos. Apenas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode receber petições de indivíduos ou entidades acerca de supostas violações dos direitos humanos. Caso a Comissão considere que um caso é admissível e requer julgamento após os procedimentos aplicáveis, ela pode encaminhá-lo à Corte. Ademais, os indivíduos não têm locus standi para acionar a Corte diretamente; essa prerrogativa é reservada à Comissão ou aos Estados membros. Conforme artigo 61 da CADH, somente os Estados-Partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte.

A alternativa D está correta. As deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tanto em sua função contenciosa quanto consultiva, orientam os Estados membros do Sistema Interamericano de Direitos

Humanos e constituem precedentes importantes, oferecendo interpretações autorizativas dos direitos humanos que são referência para os Estados.

A alternativa E está correta. A questão foi respondida na alternativa C.

**QUESTÃO 24. Em relação à competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Tem competência para obrigar o Estado Parte a responsabilizar o infrator, no campo penal, assim como para alterar a legislação nacional, a fim de adequá-la a norma internacional de direitos humanos, mas não para determinar ao Estado Parte medidas que assegurem assistência médica e psicológica, de forma gratuita e imediata, inclusive o fornecimento de medicamentos.**

**b) Tem competência para condenar o Estado Parte ao pagamento de indenização por danos materiais e morais às vítimas diretas da conduta lesiva e, também, a seus familiares, conforme autorizem as circunstâncias do caso concreto, mas não para impor ao Estado Parte o restabelecimento do direito da vítima, da sua situação social e vida familiar.**

**c) Tem competência para determinar diretamente ao Estado Parte a cessação da violação ao direito e, também, a adoção de providências objetivando tornar sem efeito decisão de tribunal nacional em desacordo com norma de proteção fixada pela Convenção.**

**d) Tem competência para declarar a prescrição de ação de anulação ajuizada pelo infrator, perante o Estado Parte, visando a possibilitar a continuidade da investigação e a punição da conduta violadora de direitos humanos.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema competência da Corte IDH.

A alternativa A está incorreta. A Corte Interamericana tem, sim, competência para ordenar que o Estado Parte adote medidas para assegurar assistência médica e psicológica às vítimas de violações de direitos humanos. Isso inclui o fornecimento de medicamentos quando necessário, visando a reparação integral da vítima.

A alternativa B está incorreta. A Corte Interamericana pode, de fato, impor ao Estado Parte o restabelecimento do direito da vítima e de sua situação social e vida familiar. Esta competência está em linha com o princípio da reparação integral das vítimas de violações de direitos humanos, buscando restaurar, tanto quanto possível, a situação anterior à violação.

A alternativa C está correta. A alternativa está correta porque reflete as amplas competências da Corte Interamericana de Direitos Humanos conforme o artigo 63 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). A Corte tem poderes para assegurar a proteção dos direitos violados e ordenar medidas reparatorias adequadas, incluindo a adoção de providências para tornar sem efeito decisões nacionais incompatíveis com a Convenção.

A alternativa D está incorreta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos não tem competência para declarar a prescrição de ações de anulação ajuizadas pelo infrator dentro da jurisdição nacional dos Estados Partes. A função da Corte é garantir a proteção dos direitos consagrados na Convenção, ordenando medidas reparatórias apropriadas e não intervir diretamente nas regras processuais internas dos Estados, como a prescrição de ações penais.

A alternativa E está incorreta. A questão foi respondida na alternativa C.

**QUESTÃO 25. Considerando a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, analise as assertivas:**

**I - Em matéria de proteção da propriedade industrial, especialmente de invenções, desenhos, modelos, marcas de fábrica, nome comercial e em matéria de proteção da propriedade literária, artística e científica, um refugiado se beneficiará, no país em que tem sua residência habitual, da proteção que é conferida aos nacionais do referido país.**

**II - O estatuto pessoal de um refugiado será regido pela lei do país de sua domiciliação ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência.**

**III - Os Estados Contratantes darão aos refugiados que se encontram regular ou irregularmente no seu território tratamento tão favorável quanto possível e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que aquele que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral, no que concerne ao exercício de uma profissão não assalariada na agricultura, na indústria, no artesanato e no comércio, bem como à instalação de firmas comerciais e industriais.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**c) Apenas a assertiva II está correta.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Convenção de Genebra sobre os Refugiados.

A assertiva I está correta. De acordo com a Convenção de Genebra, especificamente no artigo relacionado à proteção da propriedade intelectual e industrial, estipula que os refugiados devem receber no país de sua residência habitual a mesma proteção conferida aos nacionais do país em matéria de propriedade industrial e propriedade literária, artística e científica. Isso assegura que os refugiados tenham direitos equivalentes aos cidadãos do país em que residem no que tange à proteção de suas criações intelectuais e industriais.

A assertiva II está correta. O estatuto pessoal do refugiado, incluindo aspectos como casamento, divórcio, testamento, entre outros, será regido pela lei do país de seu domicílio ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência. Esta disposição está clara no artigo 12 da Convenção de Genebra, assegurando que os refugiados sejam submetidos à legislação local para questões de estatuto pessoal.

A assertiva III está incorreta. Embora a Convenção de Genebra estipule que os Estados Contratantes devem dar aos refugiados tratamento favorável em relação ao exercício de profissões não assalariadas e à instalação de firmas comerciais e industriais, ela não especifica que este tratamento deva ser estendido a refugiados que se encontram irregularmente no território. A ênfase é no tratamento não menos favorável do que é dado a estrangeiros em geral sob as mesmas circunstâncias, mas não inclui explicitamente a condição de estadia irregular como critério para este tratamento.

Portanto, considerando que os itens I e II estão corretos e que o item III está incorreto, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 26. A respeito do contrato de aprendizagem, analise as assertivas:**

**I - O contrato de aprendizagem da pessoa com deficiência extinguir-se-á quando o aprendiz completar vinte e quatro anos.**

**II - A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, caso em que haverá a caracterização de vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.**

**III - Os estabelecimentos obrigados à contratação de aprendizes poderão destinar o equivalente a até dez por cento de sua cota de aprendizes à formação técnico-profissional metódica em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas.**

**IV - A entidade sem fins lucrativos empregadora, que tenha por objetivo a educação profissional, poderá contratar número de aprendizes superior a quinze por cento dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.**

**Analise a alternativa correta:**

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.**
- e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Comentaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do art. 428, §5º da CLT, o contrato de aprendizagem da pessoa com deficiência não se aplica a idade máxima de 24 anos. A saber: “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de

aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (...) §5º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.”

A assertiva II está incorreta. Nos termos do art. 431 da CLT, a contratação do aprendiz não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços. Vejamos: “A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas nos incisos II e III do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços”.

A assertiva III está correta, estando de acordo com o art. 429, § 1º-B, CLT. Vejamos: “Os estabelecimentos a que se refere o caput poderão destinar o equivalente a até 10% (dez por cento) de sua cota de aprendizes à formação técnico-profissional metódica em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas, à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, incluindo as atividades de construção, ampliação, recuperação e manutenção de instalações esportivas e à organização e promoção de eventos esportivos.”

A assertiva IV está correta, nos termos do art. 429, §1-A da CLT, a entidade sem fins lucrativos empregadora, que tenha por objetivo a educação profissional, poderá contratar número de aprendizes superior a quinze por cento dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, pois o limite fixado - cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento - não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.

A alternativa C está correta, pois as assertivas III e IV estão corretas.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários acima.

#### **QUESTÃO 27. Sobre o instituto do estágio, assinale a alternativa incorreta:**

**a) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, férias de trinta dias, acrescidas de um terço, a serem gozadas preferencialmente durante suas férias escolares.**

**b) A manutenção de estagiários em desconformidade com a lei de regência caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio.**

**c) A parte concedente do estágio deverá ofertar instalações que proporcionem ao estagiário as atividades profissionais, sociais e culturais e, em se tratando de estagiário com deficiência, ambientes acessíveis e inclusivos, com o fornecimento de tecnologia assistiva.**

**d) O estágio será supervisionado e terá acompanhamento específico de professor orientador da instituição de ensino e de supervisor da parte concedente, sendo que termo de compromisso será incorporado o plano de atividades do estagiário.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está correta, estando incorreta a assertiva. Ao contrário do que afirma, o estagiário não possui determinados direitos trabalhistas, pois não configura vínculo empregatício. Logo, o estagiário não faz jus ao gozo de um terço de férias. Vejamos o art. 13 da Lei nº 11.788/2008 nesse sentido: “É assegurado ao

estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.”

A alternativa B está incorreta. A assertiva está correta, consoante o art. 3º, § 2º, Lei nº 11.788/2008: “O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.”

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta, é dever do concedente, seja esta pessoa jurídica de direito público ou privado, ofertar instalações para o desempenho do estágio que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, em especial, às pessoas com deficiências têm o direito de estagiar em um ambiente inclusivo e acessivo.

A saber, o Art. 9º da Lei nº 11.788/2008 prevê o seguinte: “As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: (...) I – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;”

Não obstante, o art. 34, Lei nº 13.146/2015 assim prevê: “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.”

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, nos termos do art. 1º, § 1º, Lei nº 11.788/2008: “O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.”

“Art. 7º, Parágrafo único, , Lei nº 11.788/2008. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.”

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 28. Sobre o trabalho do preso e a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, assinale a alternativa correta:**

**a) A empresa terceirizada prestadora de serviços a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, valendo-se de mão de obra de pessoas presas e egressas, deverá, por medida de segurança, providenciar uniforme que os distinga dos demais terceirizados.**

**b) O Supremo Tribunal Federal decidiu que não foi recepcionada pela Constituição de 1988 a previsão contida na Lei de Execução Penal que fixa o valor de três quartos do salário-mínimo como remuneração mínima para o trabalho do preso.**

**c) O respeito as diversidades étnico-raciais, religiosas, em razão de gênero e orientação sexual, origem, opinião política, para com as pessoas com deficiência, entre outras, e a humanização da pena são alguns dos princípios da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.**

**d) A Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional destina-se às pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto e aberto, bem como as pessoas egressas do sistema prisional, não alcançando os presos provisórios.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o uniforme deverá ser idêntico ao utilizado pelos demais terceirizados, nos termos do Art. 7º, II, do Decreto 9.540/2018.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal prevê o contrário, o patamar mínimo diferenciado de remuneração aos presos previsto no art. 29, caput, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP) não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário-mínimo prevista no art. 7º, IV, da Constituição Federal. (STF. Plenário. ADPF 336/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 27/2/2021 - Info 1007).

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 2º, III e IV, do Decreto 9.540/2018, sendo o respeito às diversidades étnico-raciais, religiosas, em razão de gênero e orientação sexual, origem, opinião política, para com as pessoas com deficiência, entre outras, bem como, da humanização da pena, princípios da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 1º, § 1º, Decreto 9.540/2018, a Pnat destina-se aos presos provisórios, às pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto e aberto e às pessoas egressas do sistema prisional.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 29. A respeito das espécies de extinção do contrato de trabalho e seus efeitos, analise as assertivas:**

**I - A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito as verbas rescisórias de natureza indenizatória.**

**II - A prática de improbidade é justa causa aplicável somente aos empregados exercentes de altos cargos administrativos.**

**III - Na extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, o empregado tem direito a movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada até oitenta por cento do valor dos depósitos.**

**IV - A extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador autoriza o ingresso do trabalhador no Programa de Seguro-Desemprego e o recebimento de três parcelas diante da comprovação de, pelo menos, doze meses de trabalho.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.**

**d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Comentaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está correta. Nos termos da Súmula nº 73 do TST, a ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

A assertiva II está incorreta, não encontrando fundamentação legal a essa restrição.

A assertiva III está correta. Nos termos do art. 484-A, §10, o empregado tem direito a movimentar sua conta até oitenta por cento do valor dos depósitos referentes ao FGTS. Vejamos: “A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.”

A assertiva IV está incorreta. Ao contrário, nos termos do art. 484-A, § 2º, CLT, a extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

A alternativa B está correta. De acordo com os comentários das assertivas I e III.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, de acordo com os comentários das demais assertivas.

#### **QUESTÃO 30. Assinale a alternativa incorreta:**

**a) O vínculo empregatício entre entidades religiosas e seus membros caracteriza-se quando estes se dedicam, parcial ou integralmente, a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que se vinculam.**

**b) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até seis consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.**

**c) A modalidade de contrato de trabalho intermitente não se aplica aos aeronautas.**

**d) No contrato de trabalho intermitente, a recusa, pelo empregado, da convocação para a prestação de serviços não descaracteriza a subordinação.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está correta. É incorreto afirmar que existe vínculo empregatício entre entidades religiosas e seus membros. Nos termos do art. 442, § 2º, CLT, não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza ou instituições de ensino vocacional e ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou quaisquer outros que

a eles se equiparem, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 473, X, da CLT, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 443, § 3º, da CLT, o contrato de trabalho intermitente não se aplica aos aeronautas.

A alternativa D está incorreta. A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente, nos termos do art. 45-A, § 3º da CLT.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

### **QUESTÃO 31. Assinale a alternativa incorreta:**

**a) A Lei nº 14.611/2023, que trata da igualdade salarial, estabelece a obrigação de publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com cem ou mais empregados, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.**

**b) A Lei Maria da Penha prevê expressamente a manutenção do vínculo trabalhista da mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando necessário o afastamento do local de trabalho para preservar sua integridade física e psicológica, por até doze meses.**

**c) O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a exigência, pelo empregador, de apresentação de atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, para afastamento da empregada gestante ou lactante de atividades insalubres em qualquer grau.**

**d) Conforme jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, a garantia de emprego à gestante só autoriza a sua reintegração durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta de acordo com o art. 5, Lei nº 14.611/2023. Vejamos: “Fica determinada a publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com 100 (cem) ou mais empregados, observada a proteção de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).”

A alternativa B está correta. A assertiva está incorreta, pois a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho da mulher em situação de violência doméstica e familiar, por até seis meses, nos termos Art. 9º, § 2º, da Lei nº 11.340/2006.

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta, sendo inconstitucional a expressão ‘quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento’, contida nos incisos II e III do art. 394-A da CLT, inseridos pelo art. 1º da Lei nº 13.467/2017 (ADI 5938/DF).

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, nos termos da Súmula nº 244 do TST. A saber: “(...) II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.”

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

### **QUESTÃO 32. Assinale a alternativa incorreta:**

**a) O fornecimento de moradia ao empregado doméstico na própria residência ou em morada anexa, de qualquer natureza, não gera ao empregado qualquer direito de posse ou de propriedade sobre a referida moradia.**

**b) Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a cinquenta por cento do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.**

**c) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.**

**d) O auxílio-alimentação, ainda que pago em dinheiro, não se incorpora ao contrato de trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta, de acordo com o art. 18, § 4º, LC 150/2015: “O fornecimento de moradia ao empregado doméstico na própria residência ou em morada anexa, de qualquer natureza, não gera ao empregado qualquer direito de posse ou de propriedade sobre a referida moradia.”

A alternativa B está incorreta. A assertiva está correta, estando de acordo com a Súmula nº 101 do TST. Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta, nos termos do art. 457, 4º, CLT. Vejamos: “Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.”

A alternativa D está correta. A assertiva está incorreta, pois é vedado o pagamento em dinheiro do o auxílio-alimentação, nos termos do art. 457, § 2º, CLT. A saber: “As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.”

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 33. Assinale a alternativa correta:**

a) De acordo com o Estatuto de Igualdade Racial, compete ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial a formulação de políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho.

b) No caso de assédio sexual, configurado apenas quando em face de uma mulher cisgênero, há de se levar em consideração a situação de vulnerabilidade da empregada.

c) O visto temporário para trabalho poderá ser concedido ao imigrante que venha exercer atividade laboral, com ou sem vínculo empregatício no Brasil, desde que comprove oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica em atividade no país, dispensada esta exigência se o imigrante for de nacionalidade portuguesa.

d) É vedada a restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

e) Não respondida.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu financiamento, conforme dispõe o art. 40, Lei nº 12.288/2010.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, o assédio sexual não se restringe às mulheres cisgênero.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário, a comprovação de oferta de trabalho no País se dará por meio de contrato individual de trabalho ou de contrato de prestação de serviços, e, quanto aos marítimos, os imigrantes a bordo de embarcação de bandeira brasileira deverão possuir contrato individual de trabalho no País, nos termos do art. 38, I e II, do Decreto 9.100/2017.

A alternativa D está correta. É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena, nos termos do art. 34, § 3º, Lei nº 13.146/2015.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 34. Acerca da alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:**

a) A suspensão por justa causa de dirigente sindical, por trinta dias, é cautelar e, nesse prazo prescricional, deve o empregador ingressar com o inquérito para apuração de falta grave.

b) Em caso de dispensa do empregado no período da suspensão contratual para participação em curso de qualificação profissional, o empregador obriga-se a pagar as parcelas indenizatórias previstas em lei e,

também, a multa respectiva estabelecida em convenção ou acordo coletivo, cuja quantia corresponderá a, no mínimo, cem por cento do valor da última remuneração mensal anterior a suspensão.

c) O empregado não tem o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa quando suspenso o contrato de trabalho, ainda que em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.

d) A aposentadoria por invalidez implica suspensão do contrato de trabalho, ressalvada a hipótese de o órgão previdenciário, em perícia médica realizada posteriormente à concessão do benefício correspondente, certificar no procedimento a irreversibilidade da invalidez, caso em que o contrato deverá ser extinto pelo empregador.

e) Não respondida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 403 do STF, é de 30 dias o prazo para instauração do inquérito judicial, sendo este um prazo decadencial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

A alternativa B está correta. O art. 476-A, § 5º, da CLT prevê o seguinte: “Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subseqüentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato.”

A alternativa C está incorreta. O empregado tem direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa, ainda que suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez, nos termos do entendimento assentado na Súmula nº 440 do TST.

A alternativa D está incorreta. Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei, nos termos da Súmula nº 160 do TST.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das alternativas anteriores.

### QUESTÃO. 35 Sobre o contrato de trabalho, analise as assertivas:

I - Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública indireta, continua a existir após a sua privatização.

II - Gera nulidade ex nunc, garantindo ao empregado apenas o direito aos salários, o contrato firmado entre o trabalhador e uma empresa que realiza contratos de mútuo, cuja atividade seja cobrar as dívidas, constringendo o devedor, mediante violência ou grave ameaça.

III - Não há nulidade absoluta do contrato de trabalho mesmo quando a atividade do trabalhador, consistente em serviços de garçom, ocorre em empreendimento que explore jogos de bingo e de roleta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Vamos comentar as assertivas uma a uma.

A assertiva I está correta. De acordo com a Súmula nº 430 do TST, convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.

A assertiva II está incorreta, ante a ilicitude do objeto, não faz jus ao reconhecimento de direitos trabalhistas (OJ 199, SDI-I).

A assertiva III está correta. Ainda que no empreendimento que explore jogos de bingo e de roleta, não subsiste nulidade absoluta do contrato de trabalho de garçom. Nesse sentido, colacionamos o seguinte julgado: “AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 126/TST. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. Presentes os cinco elementos fático-jurídicos da relação de emprego e sendo lícita a específica atividade do trabalhador (serviços de garçom e limpeza), mantém-se o reconhecimento do vínculo empregatício entre as partes, ainda que o empreendimento do empregador (casa de jogos) configure atividade contravencional (art. 50 do Decreto-lei nº 3688/1941). Apenas se a atividade específica do trabalhador fosse também contravencional é que se negaria validade ao respectivo contrato, em vista da nulidade de seu objeto. Dessa maneira, não há como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui os fundamentos da decisão denegatória, que subsiste por seus próprios fundamentos. Agravo de instrumento desprovido. ( AIRR - 72-32.2013.5.09.0009 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 19/03/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/03/2014)AGRAVO DE INSTRUMENTO. JOGO DE BICHO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO. ATIVIDADE ILÍCITA. Confirmada a ordem de obstaculização do recurso de revista, na medida em que não demonstrada a satisfação dos requisitos de admissibilidade, inculpidos no artigo 896 da CLT. Agravo de instrumento não provido. ( AIRR - 68200-15.2009.5.07.0005 , Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 18/04/2012, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/04/2012)

A alternativa A está correta. Estão corretas as assertivas I e III.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme os comentários das demais assertivas.

#### **QUESTÃO 36. Analise as assertivas pertinentes a modelos de organização do trabalho:**

**I - A produção de bens, de forma homogeneizada e em massa, mediante trabalho prevalentemente manual, com tarefas e movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores constitui a principal característica do Taylorismo.**

II - A produção submetida à imposição de ritmo de trabalho cronometrado, de acordo com o tipo específico de bem, visando ao aumento da produtividade e a evitar desperdício na linha de montagem, é da essência do Toyotismo.

III - A produção em parceria, em favor de terceiro, por meio de sistema digital, mediante uniformização do serviço, padrão remuneratório mínimo, autonomia plena do trabalhador e vedação de alterações unilaterais e sanções contratuais pela empresa expressa o núcleo da Uberização.

IV - A produção célere, podendo abranger mais de um bem em uma linha de montagem, valorizando o trabalho em equipe e a subcontratação de serviços, integra o eixo fundamental do Fordismo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Passamos a analisar as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. A Produção homogeneizada e em massa é característica do Fordismo.

A assertiva II está incorreta. O tempo cronometrado é característica do Taylorismo.

A assertiva III está incorreta. Não existe a vedação à aplicação de sanções contratuais na uberização.

A assertiva IV está incorreta. A linha de montagem no Fordismo envolve apenas um bem.

#### **QUESTÃO 37. Sobre a renúncia e a indisponibilidade de direitos trabalhistas, analise as assertivas:**

I - A renúncia do empregado ao aviso prévio é permitida por meio de acordo extrajudicial celebrado com o empregador e homologado pela Justiça do Trabalho.

II - Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, o empregado tem o direito de renunciar à opção anteriormente formalizada pela aplicação das normas do regulamento mais recente quando verificar que suas regras são menos benéficas.

III - É indisponível o direito ao percentual de acréscimo da remuneração das horas extras correspondente a, no mínimo, cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, salvo se for pactuado em convenção coletiva de trabalho, mediante a garantia de cláusula compensatória.

IV - É indisponível o direito do empregado de não ser transferido, com mudança de endereço, para localidade diversa daquela pactuada no contrato de trabalho, a exceção da hipótese de existência de acerto, prevendo como condição implícita ou explícita, a transferência decorrente de necessidade de serviço.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.

- b) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.**
- c) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.**
- d) Todas as assertivas estão incorretas.**
- e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Analisaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. De acordo com a Súmula nº 276 do TST, o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, assim, o pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

A assertiva II está incorreta. É válida a opção do empregado por um dos regulamentos de empresa, não havendo vício, ainda que a norma empresarial não trouxe outros benefícios aos optantes (PROCESSO Nº TST-RR-21019-80.2015.5.04.0008).

A assertiva III está incorreta. Nos termos do art. 611-B, X CLT, constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução da remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal.

A assertiva IV está incorreta. É vedado ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio, nos termos do art. 469, CLT.

#### **QUESTÃO 38. A respeito dos danos morais no âmbito das relações trabalhistas, analise as assertivas:**

**I - A Consolidação das Leis do Trabalho exclui o direito a reparação por dano em ricochete, admitindo, porém, o dano moral indireto.**

**II - A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal assenta que não há limite obrigatório fixado para o valor máximo do arbitramento do dano moral.**

**III - As normas da Consolidação das Leis do Trabalho referem-se aos danos morais individuais, não prevendo regramento sobre a forma da reparação por danos morais coletivos.**

**IV - A Consolidação das Leis do Trabalho prevê, em caso de reincidência da conduta lesiva do ofensor, que a reparação do dano moral deverá ser elevada ao dobro do valor da indenização anterior.**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**
- e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Analisaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está incorreta. As redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, ambos da CLT, não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete (dano reflexo) no âmbito das relações de trabalho, a ser apreciado nos termos da legislação civil” (ADI 6.050/DF, ADI 6.069/DF e ADI 6.082/DF).

A assertiva II está correta. Os critérios de quantificação de reparação por dano extrapatrimonial previstos no art. 223-G, caput e § 1º, da CLT, deverão ser observados pelo julgador como orientativos de fundamentação da decisão judicial, sendo constitucional, porém, o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos dispostos nos incisos I a IV do § 1º do art. 223-G, quando consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade” (ADI 6.050/DF, ADI 6.069/DF e ADI 6.082/DF)

A assertiva III está correta. De fato, a CLT não prevê regramento acerca da reparação por danos morais coletivos, estando as formas de reparações na tutela do direito coletivo nos termos da Leis n. 7347/85 e Lei n. 8078/90, componentes do microsistema de tutela coletiva.

A assertiva IV está incorreta. Nos termos do art. 223A, § 3º, da CLT, em caso de reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.

**QUESTÃO 39. A vista das condutas elencadas nas assertivas seguintes, assinale a alternativa em que todas as situações retratam características típicas do trabalho escravo contemporâneo, de acordo com a normativa nacional e internacional:**

**I - A submissão do trabalhador a serviços forçados; a retenção dos documentos do trabalhador; e o pagamento de remuneração de modo fracionado.**

**II - A imposição ao trabalhador de jornada exaustiva; a não realização dos exames médicos periódicos; e a restrição da locomoção do trabalhador.**

**III - A retenção dos objetos pessoais do trabalhador; a violação da sua correspondência; e a vigilância ostensiva no local de trabalho.**

**IV - A sujeição do trabalhador a condições degradantes; a cobrança abusiva de adiantamento salarial; e o impedimento físico para deslocamento externo.**

Assinale a alternativa correta:

**a) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.**

**b) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.**

**d) Todas as assertivas estão incorretas.**

**e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão requereu que o examinando assinalasse a alternativa em que todas as condutas conferem a situações retratam características típicas do trabalho escravo contemporâneo.

O trabalho escravo contemporâneo caracteriza pela submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção do trabalhador.

O conceito de trabalho escravo contemporâneo trazido pelo ordenamento brasileiro representa grande avanço no combate à essa dura realidade, pois evidencia que, nos tempos atuais, sua configuração vai muito além da privação de liberdade, ocorrendo nas mais amplas situações de ofensa à dignidade do ser humano, como em hipóteses de submissão a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas ou forçadas por dívidas impostas aos trabalhadores.

A assertiva I está incorreta. O pagamento da remuneração de forma fracionada não configura forma de trabalho escravo contemporâneo, pois a falta de verbas trabalhista, dentre elas, o salário, são componentes que caracterizam o trabalho escravo.

A assertiva II está incorreta. A não realização de exames médicos periódicos não configuram trabalho escravo.

A assertiva III está incorreta. Violação da correspondência não se trata de trabalho escravo.

A assertiva IV está incorreta. A cobrança abusiva de adiantamento salarial não configura trabalho escravo.

**QUESTÃO 40. Assinale a alternativa em que constam iniciativas de políticas públicas da União já implementadas na área trabalhista:**

**a) A proteção ao trabalho do idoso, da pessoa privada de liberdade, da mulher e da pessoa com deficiência.**

**b) A aprendizagem, o seguro-desemprego, o auxílio-reclusão e o abono salarial.**

**c) O combate ao trabalho infantil, a desigualdade de gênero no trabalho artístico, a exploração do trabalho do migrante e a exploração sexual comercial.**

**d) A qualificação e requalificação para o emprego, a garantia da segurança e saúde no trabalho via plataformas digitais e o benefício por incapacidade temporária.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta conforme a banca examinadora. Contudo, entendemos que a alternativa B também está correta, uma vez não se limitam às iniciativas de políticas públicas da União apenas a proteção do trabalho do idoso, da pessoa privada de liberdade, da mulher e da pessoa com deficiência.

O trabalho do idoso possui proteção na Lei 10.741/2003, em seus arts. 26 e seguintes, tutelando a pessoa idosa, tendo ela o direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

O trabalho das pessoas privadas de liberdade está previsto no art. 10 da Lei de Execução Penal.

A CLT prevê normas que venham a proteger a mulher em diversos aspectos, principalmente físicos, como a exemplo do art. 390 da CLT, que proíbe ao empregador contratar mulher para serviço que demande esforço muscular superior a 20 quilos no trabalho contínuo, ou 25 quilos, no trabalho ocasional. A regra está prevista no Capítulo III da CLT, que trata da "Proteção do Trabalho da Mulher".

Quanto a pessoa com deficiência, a Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira da Inclusão, prevê que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (art. 33). Inclusive, atribuindo ao poder público o dever de implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

Nesse sentido, tratam-se também de iniciativas de políticas públicas da União implementadas na área trabalhista a aprendizagem, nos termos do art. 428 e seguintes da CLT; auxílio-reclusão, previsto na Lei nº 8.213; seguro-desemprego previsto pela Lei nº 7.998/90 e o abono salarial, previsto na Lei nº 7.998/90.

Portanto, não se exaurem nas hipóteses previstas em uma única alternativa, a qual compreendemos ser uma questão passível de recurso.

#### **QUESTÃO 41. Quanto ao atleta profissional, é incorreto afirmar:**

**a) São nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade inferior a dezoito anos.**

**b) O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo. No entanto, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar cinquenta por cento da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem.**

**c) No contrato especial de trabalho desportivo firmado entre o atleta profissional e a entidade de prática desportiva deve constar, obrigatoriamente, cláusula expressa de sua prorrogação automática quando ocorrer a suspensão do pacto por mais de noventa dias, em decorrência de ato ou evento de exclusiva responsabilidade do atleta, desvinculado da atividade profissional.**

**d) Pertence às entidades de prática desportiva o direito de arena, consistente na prerrogativa exclusiva de negociar, autorizar ou proibir a captação, fixação, emissão, transmissão, retransmissão ou reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de espetáculo desportivo de que participem.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta ao afirmar que são nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade inferior a 18 (dezoito) anos, nos termos do art. 27-C, VI, da Lei nº 9.615/1998.

A alternativa B está incorreta. A assertiva está correta, pois nos termos do art. 87-A da Lei nº 9.615/1998, o direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de

trabalho desportivo. Parágrafo único. Quando houver, por parte do atleta, a cessão de direitos ao uso de sua imagem para a entidade de prática desportiva detentora do contrato especial de trabalho desportivo, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem.

A alternativa C está correta. A assertiva está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a prorrogação automática dependerá de cláusula expressa, nos termos do art. 28. §§ 7º e 8º da Lei nº 9.615/1998. Vejamos:

“A entidade de prática desportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).”

“§ 8º O contrato especial de trabalho desportivo deverá conter cláusula expressa reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese prevista no § 7º deste artigo.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 42 da Lei nº 9.615/1998, pertence às entidades de prática desportiva o direito de arena, consistente na prerrogativa exclusiva de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de espetáculo desportivo de que participem.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

#### **QUESTÃO 42. Quanto ao trabalho portuário, assinale a alternativa correta:**

**a) A remuneração, a definição das funções, a composição dos ternos, a multifuncionalidade e as demais condições do trabalho avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários, garantida, ao trabalhador portuário avulso, remuneração mensal não inferior ao salário-mínimo, nos termos da Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho.**

**b) O Órgão Gestor de Mão de Obra exerce funções no campo disciplinar e da organização do trabalho. Apesar disso, não se pode considerá-lo empregador dos trabalhadores portuários.**

**c) O trabalho portuário nos portos organizados será realizado por trabalhadores portuários avulsos ou por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado, neste caso, recrutados fora do quadro de trabalhadores portuários avulsos registrados.**

**d) Quanto à formulação do Programa de Gerenciamento de Riscos, cabe exclusivamente ao operador portuário elaborá-lo e implementá-lo, nos termos da Norma Regulamentadora 1.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 2º da Convenção 137 da OIT, em todo caso, um mínimo de períodos de emprego ou um mínimo de renda deve ser assegurado aos portuários sendo que sua extensão e natureza dependerão da situação econômica e social do país ou do porto de que se tratar. A saber: “Artigo 2º, 2. Em todo caso, um mínimo de períodos de emprego ou um mínimo de renda deve ser assegurado aos

portuários, sendo que sua extensão e natureza dependerão da situação econômica e social do país ou do porto de que se tratar.”

A alternativa B está correta. As normas que regem o chamado “lockout” (arts. 722 da CLT e 17 da Lei nº 7.789/83) possuem natureza proibitiva e punitiva, não admitindo interpretação extensiva ou aplicação por analogia. Assim, tendo em conta que as referidas disposições de lei têm por destinatário inequívoco o empregador - a quem é vedado fechar de forma arbitrária o estabelecimento ou praticar ato injusto visando à paralisação total ou parcial das atividades, obstando o ingresso dos empregados na unidade produtiva com a finalidade de enfraquecer pleitos coletivos -, não se pode aplicá-las à relação entre o trabalhador portuário avulso e os operadores portuários, porque inexistente a figura do empregador (Informativo nº 30 do TST).”

A alternativa C está incorreta. INCORRETA. Nos termos do art. 40, § 2º, Lei nº 12.815, a contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados.

A alternativa D está incorreta. A Norma Regulamentadora 1 não possui previsão nesse sentido.

A alternativa E está incorreta, de acordo com os comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 43. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.**
- b) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo.**
- c) Em caso de greve dos servidores públicos, se ficar demonstrado que esta foi provocada por conduta ilícita do Poder Público, é incabível o desconto dos dias de paralisação.**
- d) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas.**
- e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema greve.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme Tema 541 de Repercussão Geral do STF: “1. O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.”

As alternativas B e C estão incorretas, pois trazem informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com o Tema 531 de Repercussão Geral do STF: “A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida

a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.”

A alternativa D está correta, pois é a única alternativa que traz uma inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Diversamente do afirmado, a justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas, conforme Tema 544 de Repercussão Geral do STF, senão vejamos: “A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.”

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

#### **QUESTÃO 44. Analise as assertivas:**

**I - É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídios coletivos de naturezas econômica e jurídica.**

**II - As previsões contidas na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho são aplicáveis tanto aos empregados públicos celetistas quanto aos servidores públicos estatutários.**

**III - De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, em razão da indisponibilidade do interesse público, é incabível qualquer espécie de dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de direito público.**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) Todas as assertivas estão corretas.**
- b) Apenas a assertiva II está correta.**
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema dissídios coletivos.

O item I está incorreto. De acordo com a tese do tema 841 de repercussão geral, é “constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, conforme o artigo 114, § 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004”. Assim, ao contrário do consignado no item, não se exige o comum acordo para dissídio coletivo de natureza jurídica.

O item II está correto. Segundo o artigo 1, item 1, da Convenção 151 da OIT, que trata do Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública, a presente Convenção deverá ser aplicada a todas as pessoas empregadas pela administração pública, senão vejamos: Art. - 1. A presente Convenção deverá ser aplicada a todas as pessoas empregadas pela administração pública, na medida em que não lhes forem aplicáveis disposições mais favoráveis de outras Convenções Internacionais do Trabalho.”

O item III está incorreto. De acordo com a OJ nº 5 da SDC, em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza

social. Observe: “OJ-SDC-5: DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CLÁUSULA DE NATUREZA SOCIAL. Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção n.º 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo n.º 206/2010.”

Portanto, correta a letra B: Apenas a assertiva II está correta.

#### **QUESTÃO 45. Sobre o custeio sindical, assinale a alternativa incorreta:**

**a) O Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a facultatividade da contribuição sindical devida não apenas pelos trabalhadores participantes das categorias profissionais ou das profissões liberais, mas, também, pelas empresas e instituições integrantes das categorias econômicas.**

**b) O Supremo Tribunal Federal afirmou a constitucionalidade da instituição, por convenção ou acordo coletivo, de contribuições assistenciais impostas a todos os empregados da categoria, sindicalizados ou não, desde que assegurado o direito de oposição manifestado pelo trabalhador, não especificada, porém, a forma procedimental para o exercício desse direito.**

**c) O Supremo Tribunal Federal declarou que a contribuição confederativa de que trata o artigo 89, inciso IV, da Constituição de 1988, fixada em assembleia geral mediante quórum diferenciado, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.**

**d) O Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a promulgação de lei para afastar o pagamento obrigatório da contribuição sindical não configura indevida interferência na autonomia dos sindicatos e que a supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical nem configura retrocesso social ou violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema sindicatos.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Na ADI 5794, o STF considerou constitucional a Lei nº 13.467/2017, no ponto em que afastou o pagamento obrigatório da contribuição sindical, ao fundamento de que a Carta Magna não contém qualquer comando impondo a compulsoriedade da contribuição sindical, na medida em que o art. 8º, IV, da Constituição remete à lei a tarefa de dispor sobre a referida contribuição. Considerou, ainda, que a supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador.

Cabe ressaltar que foi objeto da ADI a redação dada pela Lei 13.467/2017 aos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que tratam da facultatividade da contribuição sindical devida pelos participantes de categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal.

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme tese fixada no Tema 935 de Repercussão Geral do STF: “É

constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.”

A alternativa C está correta, pois é a única alternativa que traz uma inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De fato, o STF, na Súmula Vinculante nº 40, fixou o entendimento de que “A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo”. Todavia, diversamente do afirmado pela alternativa, o STF nada estipulou a respeito da necessidade de “quórum diferenciado” para a fixação da contribuição confederativa em assembleia geral.

A alternativa D está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme decidido pelo STF na ADI 5794, a supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição, senão vejamos: “Ementa: Direito Constitucional e Trabalhista. Reforma Trabalhista. Facultatividade da Contribuição Sindical. Constitucionalidade. Inexigência de Lei Complementar. Desnecessidade de lei específica. Inexistência de ofensa à isonomia tributária (Art. 150, II, da CRFB). Compulsoriedade da contribuição sindical não prevista na Constituição (artigos 8º, IV, e 149 da CRFB). Não violação à autonomia das organizações sindicais (art. 8º, I, da CRFB). Inocorrência de retrocesso social ou atentado aos direitos dos trabalhadores (artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da CRFB). Correção da proliferação excessiva de sindicatos no Brasil. Reforma que visa ao fortalecimento da atuação sindical. Proteção às liberdades de associação, sindicalização e de expressão (artigos 5º, incisos IV e XVII, e 8º, caput, da CRFB). Garantia da liberdade de expressão (art. 5º, IV, da CRFB). Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas improcedentes. Ação Declaratória de Constitucionalidade julgada procedente [...] A supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição. (ADI 5794, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-083. DIVULG 22-04-2019. PUBLIC 23-04-2019).”

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

#### **QUESTÃO 46. Analise as assertivas a respeito do direito sindical:**

**I - O sistema sindical brasileiro prevê a organização de sindicatos por categoria profissional, por categoria profissional diferenciada, por empresa e por segmento empresarial.**

**II - As centrais sindicais não têm reconhecida por lei a legitimação para, ainda que excepcionalmente, representar categorias profissionais em âmbito nacional e firmar acordos coletivos.**

**III - Durante o período de mandato de membro de comissão de representantes dos empregados, o contrato de trabalho permanecerá suspenso, devendo o empregado ser afastado de suas funções.**

**IV - A Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, ao tratar sobre a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, previu o direito de as organizações de trabalhadores e de empregadores constituírem federações e confederações, assim como de filiarem-se às mesmas e, também,**

**o direito de toda organização, federação ou confederação filiar-se a organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema sindicatos.

O item I está incorreto. Diversamente do afirmado, o sistema sindical brasileiro não prevê a organização sindical por empresa ou segmento empresarial, já que a base territorial mínima do sindicato não pode ser inferior à área de um Município. De acordo com art. 8º, II, CF: “II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;”

Ademais, na forma do art. 511 da CLT: “Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. § 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica. § 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. § 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.”

O item II está correto. A Lei 11.648/2008 dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais, atribuindo-lhes as seguintes prerrogativas, conforme seu art. 1º, I e II: “Art. 1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas: I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.”

Constata-se, portanto, que as centrais sindicais não detêm poderes de negociação coletiva, nem mesmo de forma excepcional (Art. 611, § 2º, da CLT), mesmo porque não compõem a pirâmide sindical brasileira (sindicatos, federações e confederações), constituindo, do ponto de vista social, político, ideológico e institucional, entidades líderes do movimento sindical, que atuam e influem em toda a pirâmide regulada pela ordem jurídica, mas sem deter prerrogativa da negociação coletiva.

O item III está incorreto. Diversamente do que se afirma, dispõe o artigo 510-D, § 2º, da CLT que o “mandato de membro de comissão de representantes dos empregados não implica suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, devendo o empregado permanecer no exercício de suas funções”.

O item IV está correto. Conforme estabelece o artigo 5º da Convenção 87 da OIT, que trata da Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização: “Art. 5 - As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.”

Portanto, correta a letra C: Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 47. A respeito da dispensa em massa de trabalhadores, à luz do ordenamento jurídico e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:**

**a) A dispensa em massa de trabalhadores não exige prévia intervenção do sindicato para confirmação e certificação formal de motivação adequada.**

**b) A iniciativa da empresa para dispensa em massa de trabalhadores deve ser justificada formalmente por motivo de natureza técnica e econômica, mediante a comunicação prévia dos fatos aos trabalhadores e ao sindicato da categoria profissional.**

**c) Efetuada a dispensa em massa de trabalhadores pela empresa e, posteriormente, verificada a ausência de prova da motivação, assegura-se o direito à reintegração dos empregados afastados.**

**d) A participação do sindicato no procedimento de dispensa em massa de trabalhadores exige a convocação prévia de assembleia geral da categoria profissional para autorizar a atuação.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema dispensa em massa de trabalhadores.

Acerca da dispensa em massa, o STF, ao analisar o RE 999435, fixou a tese do Tema 638 de Repercussão Geral, cujo teor é o seguinte: “A intervenção sindical prévia é exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores, que não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de convenção ou acordo coletivo.”

Dessa forma, ao deliberar sobre a matéria, o STF apenas fixou a intervenção sindical prévia como exigência procedimental imprescindível para a dispensa em massa, deixando claro que a intervenção sindical não se confunde com autorização prévia por parte da entidade sindical ou celebração de acordo coletivo.

Ademais, nem o Ordenamento Jurídico, tampouco o STF, preveem a necessidade de motivação para as dispensas coletivas, tampouco de apresentação de justificativa formal amparada em motivos de natureza técnica ou econômica como pressuposto da dispensa em massa, nem mesmo exigem a convocação de assembleia geral da categoria para legitimar a atuação do sindicato. Dessa forma, estão incorretas as alternativas B, C e D.

Desse modo, a alternativa A está correta e é o gabarito do enunciado, pois, de fato, a intervenção sindical prévia não se faz para confirmação e certificação formal de motivação adequada, mesmo porque o Ordenamento Jurídico não exige motivação para as dispensas coletivas.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa A.

**QUESTÃO 48. A respeito das hipóteses de prevalência das convenções e acordos coletivos de trabalho sobre a lei, assinale a alternativa correta:**

a) A Consolidação das Leis do Trabalho prevê expressamente, em enumeração exaustiva, as matérias em que a norma coletiva prepondera sobre a norma legal.

b) É obrigatória a participação de todos os sindicatos que celebraram convenção coletiva de âmbito nacional em ação anulatória proposta pelo Ministério Público do Trabalho, objetivando a anulação de cláusula cujo conteúdo alterou a idade mínima do contrato de aprendizagem.

c) A limitação, por meio de acordo coletivo firmado entre empresa e sindicato profissional, relativamente à forma de registro de jornada de trabalho estabelecida em lei viola direito absolutamente indisponível dos trabalhadores, considerando que o controle adequado do período de labor é regido por norma concernente à garantia da saúde e da segurança no trabalho.

d) É vedada a redução, por meio de convenção coletiva de trabalho, dos direitos correspondentes ao número de dias de férias devidas ao trabalhador, ao seguro contra acidentes de trabalho, ao trabalho intermitente e à igualdade entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema convenções e acordos coletivos de trabalho.

A alternativa A está incorreta. O artigo 611-A da CLT prevê rol meramente exemplificativo de matérias sobre as quais há prevalência do negociado sobre o legislado, senão vejamos: “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:”

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 611-B, XXIII, da CLT, constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a redução da idade mínima do contrato de aprendizagem, senão vejamos: “Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: XXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”

Diante disso, o MPT tem legitimidade para ajuizar ação anulatória da referida cláusula, conforme estabelece o artigo 83, IV, da LC 75/93, in verbis: “Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: IV - propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;”

Cabe notar que, segundo o artigo 611-A, § 5º, da CLT, os “sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos”.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do consignado, nos termos do artigo 611-A, X, da CLT, a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros,

dispuserem sobre “modalidade de registro de jornada de trabalho”, não configurando direito absolutamente indisponível, notadamente diante da previsão contida no artigo 611-B, parágrafo único, da CLT, segundo a qual as regras “sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo”.

A alternativa D está incorreta. A teor do artigo 611-B, XI, XX e XXV da CLT, constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho a redução dos direitos correspondentes ao número de dias de férias devidas ao trabalhador, ao seguro contra acidentes de trabalho e à igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, senão vejamos: “Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: XI - número de dias de férias devidas ao empregado; (...) XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; (...) XXV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;”

Todavia, diversamente do que se afirma, nos termos do artigo 611-A, VIII, da CLT: “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente”.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa B.

#### **QUESTÃO 49. Em relação aos atos considerados antissindiciais, analise as assertivas:**

**I - A prática dos atos antissindiciais pode ser atribuída ao empregador, ao Estado, às entidades sindicais de todos os graus e seus dirigentes, aos trabalhadores e, também, a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.**

**II - As condutas antissindiciais que afetam direta e individualmente trabalhadores de uma mesma empresa legitimam a atuação do sindicato da categoria exclusivamente para a defesa de cada trabalhador afetado.**

**III - O ato antissindical, diante da sua natureza, especificidade e características, não pode configurar, concomitantemente, a prática de assédio eleitoral.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas a assertiva II está correta.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**d) Apenas a assertiva I está correta.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema atos antissindiciais.

O item I está correto. Conforme o Manual de Atuação do MPT de Atos Antissindiciais, in verbis: “A prática dos atos antissindiciais se atribui não só ao empregador e ao Estado, mas também às entidades sindicais (patronais e profissionais), aos próprios trabalhadores e a terceiros (empresas, associações, mídia, indivíduos etc.)”. (Atos Antissindiciais Manual de Atuação do MPT. Disponível em: <<https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/manuais/atos-antissindiciais-manual-de-atuacao/@@display-file/arq>

uivo\_pdf>. Acesso em 07/04/2024).

O item II está incorreto. Conforme o artigo 8º, III, da Constituição Federal: “Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;”

Dessa forma, tratando-se de interesses ou direitos individuais homogêneos dos trabalhadores afetados pela conduta antissindical, ou, ainda, de interesse coletivo em sentido estrito, sindicato pode ajuizar ação coletiva (Art. 8º, III, da CF), conforme previsto no artigo 81, parágrafo único, II e III, do CDC: “Art. 81. (...) Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base; III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.”

O item III está incorreto. Diversamente do que se afirma, o ato antissindical pode configurar concomitantemente a prática de assédio eleitoral, como ocorre com a situação de dispensa discriminatória pela participação em chapa eleitoral. Nesse sentido, cita-se o seguinte precedente: “RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA LYNX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REINTEGRAÇÃO. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. PARTICIPAÇÃO EM CHAPA ELEITORAL. CONDUTA ANTISSINDICAL. O exercício da atividade econômica, legitimado em um sistema capitalista de produção, está condicionado pelo art. 170 da Constituição à observância dos princípios nele enumerados, entre os quais se incluem a valorização do trabalho humano, a existência digna, de acordo com a justiça social (caput) e a função social da propriedade (inciso III), este último perfeitamente lido como função social da empresa. Ademais, estabelece vínculo direto e indissociável com os princípios contidos no art. 1º da Constituição, que fundamentam o Estado Democrático de Direito, entre os quais se incluem os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (inciso IV), sem se falar na dignidade da pessoa humana (inciso III). Nesse contexto, informados por princípios basilares da atual ordem constitucional pátria, mormente na centralidade da pessoa humana, que decorre da dignidade que é ostentada por todos os indivíduos, forçoso concluir que o rol de condutas discriminatórias, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 9.029/95, é meramente exemplificativo. No caso dos autos, o Tribunal Regional, com base na prova oral produzida, concluiu que a ruptura do contrato de trabalho foi discriminatória, haja vista que aqueles empregados que participaram em abril de 2007, de chapa eleitoral do sindicato da categoria, foram dispensados após alguns meses ela ré. Ficou demonstrada, ainda, a existência de tratamento discriminatório e a perseguição aos participantes de chapa eleitoral por parte dos representantes da ré. Ademais, é importante ressaltar que a reclamada praticou ato qualificado como "conduta antissindical", e não apenas violou o direito fundamental do trabalhador ao livre desenvolvimento da sua atividade sindical, como também comprometeu, ainda que por via oblíqua, o desenvolvimento da categoria do sindicato que os representa, em virtude da possibilidade de comprometer uma das mais importantes garantias para o exercício da atividade sindical: a liberdade. Assim, demonstrado o dano decorrente da conduta discriminatória do empregador, deve ser mantido o acórdão regional que determinou a reintegração do autor, no mesmo local e mesma função exercida quando da rescisão contratual, com pagamento dos salários e demais parcelas no período do afastamento; bem com da indenização por danos morais. Recurso de revista de que não se conhece. [...]” (RR-358500-51.2009.5.09.0662, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 30/06/2017).

Portanto, correta a letra D: Apenas a assertiva I está correta.

**QUESTÃO 50. Sobre a criação e o reconhecimento das entidades sindicais, assinale a alternativa incorreta:**

**a) Incumbe ao Ministério do Trabalho e Emprego registrar as entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade até a superveniência de lei disposta a respeito, podendo, também, indeferir o pedido de registro nas hipóteses de não caracterização da categoria pleiteada ou coincidência total de categoria e base territorial com outra entidade sindical já cadastrada.**

**b) A criação de sindicato de categoria profissional diferenciada deve abranger necessariamente trabalhadores que exercem profissões ou funções distinguidas em razão de estatuto profissional especial ou, então, particularizadas em decorrência de condições de vida singulares.**

**c) O registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, perante o Ministério do Trabalho e Emprego, é exigido para sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.**

**d) Ainda que se trate de categoria econômica, é proibida a criação de mais de um sindicato na base territorial mínima correspondente à área de um Município, vedação que também se aplica ao segmento das empresas de tecnologia digital caracterizadas pela diversidade, deslocalização e fragmentação das atividades e serviços.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema criação e o reconhecimento das entidades sindicais.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com a Súmula 677 do STF: “Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade.”

Cabe salientar que, a teor do art. 22 da Portaria 3.472/2023 do Ministério do Trabalho, os pedidos de registro serão indeferidos em algumas situações, dentre as quais na hipótese de não caracterização da categoria pleiteada ou de coincidência total de categoria e base territorial do sindicato requerente com sindicato registrado. Vejamos: “Art. 22. Os pedidos de registro serão indeferidos pelo Diretor do Departamento de Relações do Trabalho da Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento em análise técnica da Coordenação-Geral de Registro Sindical, nos termos desta Portaria, nas seguintes hipóteses: I - não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT; (...) V - coincidência total de categoria e base territorial do sindicato requerente com sindicato registrado no sistema CNES;”

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Conforme artigo 511, § 3º, da CLT: “§ 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.”

A alternativa C está correta, pois é a única alternativa que traz uma inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Diversamente do que se afirma, o registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais é exigido apenas para sindicatos, federações e confederações, a teor da Portaria 3.472/2023 do Ministério do Trabalho, notadamente porque as Centrais Sindicais não integram a pirâmide sindical, nem detêm personalidade sindical.

A alternativa D está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Segundo o artigo 8º, II, da CF: “II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

Tal preceito constitucional consagra o princípio da unicidade sindical, aplicável tanto para categoria profissional ou econômica, não havendo nenhuma ressalva de acordo com a especificidade da atividade econômica.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

**QUESTÃO 51. Sobre a vigilância em saúde e meio ambiente do trabalho, assinale a alternativa correta:**

**a) A vigilância em saúde do trabalhador é uma das ações atribuídas ao Sistema Único de Saúde, mas não há autorização constitucional expressa para sua participação nas iniciativas de controle e fiscalização de produtos tóxicos.**

**b) As ações de vigilância em saúde do trabalhador, juntamente com as de vigilância sanitária e de vigilância epidemiológica, são de atribuição do Sistema Único de Saúde, sistema que também participa da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico necessárias para a redução do risco de doenças.**

**c) A proteção ao meio ambiente do trabalho compreende a realização de ações de vigilância em saúde do trabalhador nas empresas, com o apoio do Sistema Único de Saúde, que realiza o incremento tecnológico dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho.**

**d) A vigilância em saúde do trabalhador e a colaboração na proteção do meio ambiente do trabalho são atribuições do Sistema Único de Saúde, bem como a participação nas decisões a respeito de autorização do funcionamento de empreendimentos que possam causar riscos de degradação ambiental.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema vigilância em saúde e meio ambiente do trabalho.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 200, VII, da CF: “Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;”

A alternativa B está correta. De acordo com artigo 200, incisos II e IV, da CF: “Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (...) IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;”

A alternativa C está incorreta. Esta é atribuição do próprio SUS, de acordo com art. 200, II, da CF: “Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) (...) II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;”

Ademais, no artigo 200 da CF, que traz as atribuições do SUS, não há menção a “incremento tecnológico dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho”.

A alternativa D está incorreta. A “autorização do funcionamento de empreendimentos que possam causar riscos de degradação ambiental” não é competência do SUS, e sim do órgão ambiental competente. De acordo com art. 1º, I, da Resolução nº 237 do CONAMA: “Art. 1º. Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições: I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;”

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa B.

**QUESTÃO 52. Quanto ao acesso à informação no direito ambiental, à luz da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas:**

**I - O direito de acesso à informação no direito ambiental brasileiro compreende a transparência ativa, passiva e reativa, consideradas como o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração Pública não sujeitos a sigilo; o direito de qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas; e o direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração Pública.**

**II - Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração Pública justificar seu descumprimento, sempre sujeito a controle judicial. Considera-se efetiva a justificativa quando: demonstradas as razões adequadas para a opção de não publicar; enquadrada a informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e pela irrazoabilidade da pretensão de produção de informação inexistente.**

**III - O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas de interesse público, inclusive as ambientais, sobre imóveis.**

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema acesso à informação no direito ambiental, sob a ótica jurisprudencial.

Analisemos os itens propostos.

O item I está correto. De acordo com a tese firmada pelo STJ no julgamento do IAC 13: “O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa); ii) o direito de

qualquer pessoa e entidade de requerer acesso a informações ambientais específicas não publicadas (transparência passiva); e iii) direito a requerer a produção de informação ambiental não disponível para a Administração (transparência reativa);” (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13).

O item II está correto. De acordo com a tese firmada pelo STJ no julgamento do IAC 13: “Presume-se a obrigação do Estado em favor da transparência ambiental, sendo ônus da Administração justificar seu descumprimento, sempre sujeita a controle judicial, nos seguintes termos: i) na transparência ativa, demonstrando razões administrativas adequadas para a opção de não publicar; ii) na transparência passiva, de enquadramento da informação nas razões legais e taxativas de sigilo; e iii) na transparência ambiental reativa, da irrazoabilidade da pretensão de produção da informação inexistente;” (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13).

O item III está correto. De acordo com a tese firmada pelo STJ no julgamento do IAC 13: “O regime registral brasileiro admite a averbação de informações facultativas sobre o imóvel, de interesse público, inclusive as ambientais;” (STJ. 1ª Seção. REsp 1857098-MS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 11/05/2022 (Tema IAC 13).

Portanto, a alternativa correta é a letra D: Todas as assertivas estão corretas.

#### **QUESTÃO 53. Assinale a alternativa incorreta:**

**a) Não é obrigação legal das empresas que têm Comissão Interna de Prevenção de Acidentes prestar assistência psicológica às mulheres vítimas de assédio sexual e demais formas de violência no trabalho.**

**b) O Brasil é signatário da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, que impõe aos membros aderentes a implantação de uma política nacional em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores e de meio ambiente de trabalho, com vistas a prevenir acidentes e danos à saúde que sejam consequência do trabalho, guardem relação com a atividade profissional ou sobrevenham durante o trabalho.**

**c) As empresas obrigadas a constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, nos termos da Norma Regulamentadora 5, devem adotar a inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa.**

**d) Para o cumprimento do Programa de Gerenciamento de Riscos, compete ao empregador implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: 1º) adoção de medidas de proteção individual; 2ª) minimização e controle dos fatores de risco, com adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; 3º) minimização e controle dos fatores de risco, com adoção de medidas de proteção coletiva; e 4º) eliminação dos fatores de risco.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema segurança e saúde do trabalhador.

A alternativa A está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Embora o item 5.3, alínea “j”, da NR-5 preveja a atribuição da CIPA de incluir temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e outras formas de violência e prática, não

prevê expressamente a prestação de assistência psicológica: “5.3 Atribuições. 5.3.1 A CIPA tem por atribuição: (...) j) incluir temas referentes à prevenção e ao combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no trabalho nas suas atividades e práticas.”

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De fato, o Brasil é signatário, desde 1992, da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi escrita na 67ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, em junho de 1981.

De acordo com art. 4º da Convenção 155, realmente há a necessidade da criação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho com vistas a prevenir acidentes e danos à saúde que sejam consequência do trabalho, guardem relação com a atividade profissional ou sobrevenham durante o trabalho. Vejamos: “Artigo 4: 1 - Qualquer membro deverá, à luz das condições e da prática nacionais e em consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores mais representativas, definir, pôr em prática e reexaminar periodicamente uma política nacional coerente em matéria de segurança, saúde dos trabalhadores e ambiente de trabalho. 2 - Essa política terá como objetivo a prevenção dos acidentes e dos perigos para a saúde resultantes do trabalho quer estejam relacionados com o trabalho quer ocorram durante o trabalho, reduzindo ao mínimo as causas dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho, na medida em que isso for razoável e praticamente realizável.”

Assim, em novembro de 2011, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) por meio do Decreto Federal nº 7.602.

A alternativa C está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com item 1.4.1.1, alínea “a”, da NR 01, incluído pela Portaria MPT nº 4.219/2022: “1.4.1.1 As organizações obrigadas a constituir CIPA nos termos da NR-05 devem adotar as seguintes medidas, além de outras que entenderem necessárias, com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho: a) inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa, com ampla divulgação do seu conteúdo aos empregados e às empregadas;”

A alternativa D está correta, pois é a única das alternativas que traz informações incorretas (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com item 1.4.1, alínea “g” da NR 1: “1.4.1 Cabe ao empregador: (...) g) implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: I. eliminação dos fatores de risco; II. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva; III. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e IV. adoção de medidas de proteção individual”. Observe que a ordem de prioridade proposta pela alternativa D encontra-se incorreta, levando-se em consideração o texto transcrito da NR 01.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

#### **QUESTÃO 54. Assinale a alternativa incorreta:**

**a) Os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador impõem que os recursos financeiros direcionados à reparação do dano sejam arbitrados com base nos prejuízos verificados no momento da constatação do evento lesivo, independentemente dos impactos ambientais futuros.**

**b) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei nº 9.055/95, que permitia a extração, industrialização, comercialização e utilização do amianto, superando, assim, a tese do uso seguro, que permitia exposição ocupacional à substância.**

**c) A substituição dos agentes químicos cancerígenos nos ambientes de exposição ocupacional, em especial do amianto crisotila, é tratada sistematicamente em normas internacionais produzidas pela Organização Internacional do Trabalho, como em suas Convenções 139 e 162.**

**d) A legislação nacional estabelece controle médico pós-contratual, pelo empregador, por período não inferior a trinta anos, em decorrência da exposição ocupacional ao amianto, cujos agravos e doenças relacionadas se tipificam por um período de latência que se estende ao longo de décadas.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema segurança e saúde do trabalhador.

A alternativa A está correta, pois é a alternativa que traz a inverdade (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com entendimento doutrinário majoritário, devem ser levados em conta também os impactos futuros, e não apenas os atuais. Vejamos: “Para que haja a responsabilidade por danos futuros, deve-se levar em consideração três aspectos: o primeiro, que diz respeito a análise probatória de um risco vir a se tornar um dano ambiental futuro; o segundo, que considera a irreversibilidade destes danos potenciais; e um terceiro, que avalia a tolerabilidade excessiva do risco ambiental. (CARVALHO, 2007). Estes três aspectos evidenciam a necessidade de medidas preventivas que sejam capazes de evitar a ocorrência do dano ambiental, razão pela qual se preconiza nesta sociedade de risco o princípio da precaução. (...) Ao tratar da atuação do Poder Público na prevenção de hipotéticos futuros, é necessário ter em mente a importância da aplicação do princípio da precaução, criado para lidar com os danos advindos da sociedade de risco. (...) Assim, considerando a relação íntima entre a prevenção de riscos hipotéticos e a aplicação do princípio de prevenção, é de se supor que na tomada de decisão do Poder Público para a liberação de atividades com riscos hipotéticos ao meio ambiente tal relação fosse clara, uma vez que o Poder Público tem o dever de proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, especialmente em casos paradigmáticos julgados pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que esta é a intérprete oficial do texto constitucional.” (FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. CARNEIRO, Dayanny Evellyn Pantoja. Prevenção de danos ambientais futuros pelo estado e sua tomada em consideração nos julgados do supremo tribunal federal envolvendo a lei de biossegurança. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=432ff29e76b94b98>).

A alternativa B está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). Em agosto de 2017, no julgamento da ADI 3937, o Plenário do STF entendeu ser constitucional lei do Estado de São Paulo que proibia o uso do mineral e declarou, incidentalmente (sem pedido direto nas ações), a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei federal 9.055/1995, que permitia a sua utilização. Vejamos trecho da decisão proferida: “(...) 3. O art. 1º da Lei Federal nº 9.055/1995 proibiu a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização de todos os tipos de amianto, com exceção da crisotila. Em seu art. 2º, a lei autorizou a extração, a industrialização, a utilização e a comercialização do amianto da variedade crisotila (asbesto branco) na forma definida na lei. (...) 4. No entanto, o art. 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 passou por um processo de inconstitucionalização, em razão da alteração nas relações fáticas subjacentes à norma jurídica, e, no momento atual, não mais se compatibiliza com a Constituição de 1988. Se, antes, tinha-se notícia dos possíveis riscos à saúde e ao meio

ambiente ocasionados pela utilização da crisotila, falando-se, na época da edição da lei, na possibilidade do uso controlado dessa substância, atualmente, o que se observa é um consenso em torno da natureza altamente cancerígena do mineral e da inviabilidade de seu uso de forma efetivamente segura, sendo esse o entendimento oficial dos órgãos nacionais e internacionais que detêm autoridade no tema da saúde em geral e da saúde do trabalhador. (...) 7. (i) O consenso dos órgãos oficiais de saúde geral e de saúde do trabalhador em torno da natureza altamente cancerígena do amianto crisotila, (ii) a existência de materiais alternativos à fibra de amianto e (iii) a ausência de revisão da legislação federal revelam a inconstitucionalidade superveniente (sob a óptica material) da Lei Federal nº 9.055/1995, por ofensa ao direito à saúde (art. 6º e 196, CF/88), ao dever estatal de redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII, CF/88), e à proteção do meio ambiente (art. 225, CF/88).”

A alternativa C está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). No julgamento da ADI 3937, inclusive, O STF menciona: “(...) 5. A Convenção nº 162 da Organização Internacional do Trabalho, de junho de 1986, prevê, dentre seus princípios gerais, a necessidade de revisão da legislação nacional sempre que o desenvolvimento técnico e o progresso no conhecimento científico o requeiram (art. 3º, § 2). A convenção também determina a substituição do amianto por material menos danoso, ou mesmo seu efetivo banimento, sempre que isso se revelar necessário e for tecnicamente viável (art. 10). Portanto, o Brasil assumiu o compromisso internacional de revisar sua legislação e de substituir, quando tecnicamente viável, a utilização do amianto crisotila.”

Vejamos, por exemplo, o texto do art. 10 da Convenção 162 da OIT: “Artigo 10. Quando for necessário para a proteção da saúde dos trabalhadores, e seja tecnicamente realizável, a legislação nacional deve prever uma ou mais das seguintes medidas: a) Sempre que for possível, a substituição do amianto, de certos tipos de amianto ou de certos produtos que contenham amianto, por outros materiais ou produtos, ou a utilização de tecnologias alternativas, cientificamente avaliadas pela autoridade competente como inofensivas ou menos nocivas; b) A proibição total ou parcial da utilização do amianto, de certos tipos de amianto ou de certos produtos que contenham amianto, em determinados processos de trabalho.”

A alternativa D está incorreta, pois traz informações verdadeiras (lembre-se que o enunciado da questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com item 19 do Anexo 12 da NR-15, o controle médico se dará pelo prazo de 30 anos: “19. Cabe ao empregador, após o término do contrato de trabalho envolvendo exposição ao asbesto, manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle dos trabalhadores durante 30 (trinta) anos.”

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa A.

**QUESTÃO 55. A respeito do denominado processo estrutural no campo das relações laborais, assinale a alternativa correta:**

**a) Tem como base um quadro fático complexo de ilicitude ampliada e reiterada, a exigir mudança abrangente para assegurar, por meio de demanda judicial coletiva, a concretização de direitos sociais fundamentais, com possibilidade, no atingimento desse objetivo, mesmo de obter-se a alteração de política pública vigente.**

**b) Envolve quadro fático de real gravidade, não restrito a um ato antijurídico violador de direitos, mas a desconformidades e omissões prejudiciais a comunidades de trabalhadores, ensejando como solução necessária a propositura de um conjunto de ações civis públicas pelo Ministério Público do Trabalho e/ou pelos sindicatos profissionais em face dos empregadores.**

c) É aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho a regra do Código de Processo Civil que determina a realização prévia de audiência pública, com rito apropriado a processos de natureza estrutural, assim como o dever de cooperação na busca da participação ativa das partes, do magistrado e de todos os interessados, objetivando a construção de soluções adequadas.

d) O direito processual do trabalho e as normas processuais que a ele se aplicam não autorizam ações coletivas estruturais diante dos limites pertinentes à competência da Justiça do Trabalho e às pretensões possíveis de veiculação nas demandas coletivas.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, correspondendo a definição de processo estrutural. Além disso, conforme ensina Fredir Didier, o processo estrutural é aquele que tem por objeto um problema estrutural, e o que o define é seu objeto, ou seja, um problema enraizado, uma situação de desconformidade permanente para cuja solução há necessidade da tomada de uma série de atos de reestruturação.

A alternativa B está incorreta. O que torna esta definição incorreta é que o processo estrutural não se limita a quadro fático de real gravidade de omissões, mas um quadro fático complexo de ilicitude ampliada.

A alternativa C está incorreta. O processo estrutural é mais flexível nas relações laborais, não sendo uma determinação expressa a realização prévia de audiência pública, podendo utilizar o juiz de outros mecanismos, não somente o Código de Processo Civil, para atingir o objetivo pretendido pelo processo coletivo.

A alternativa D está incorreta. Os processos estruturais são aplicáveis à justiça do trabalho, ao contrário do que se afirma a assertiva. Conforme Lourival Barão Marques Filho e Thiago Mira de Assumpção Rosado assim ensinam, o processo estrutural é plenamente aplicável ao processo do trabalho, já que em simbiose com sua principiologia e resulta em relação jurídica processual que tem a capacidade de solucionar, de modo perene e a longo prazo, aqueles litígios complexos que estão enraizados e que geram um problema de desconformidade permanente.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 56. Quanto à intervenção processual do Ministério Público do Trabalho como fiscal da ordem jurídica em demandas trabalhistas, assinale a alternativa incorreta:**

a) É obrigatória a intervenção, perante os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho, nos processos que envolvam a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

b) Não é obrigatória a intervenção em todos os processos em que for parte a Fazenda Pública.

c) É obrigatória a intervenção nas ações que envolvam acidentes de trabalho ou reparação por dano moral.

d) É obrigatória a intervenção nos processos que envolvam direito à posse de terra rural, em litígio originário de relações laborais, envolvendo grupo de trabalhadores e empregadores.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta, de acordo com o art. 83, Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC 75/93). A saber: “Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: XIII - intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional.”

A assertiva B está incorreta. A assertiva está correta. Não é necessária a intervenção do Ministério Público em execução fiscal, porquanto o interesse público que a justificaria (art. 82, III, CPC) não se identifica com o da Fazenda Pública, que é representada por procurador e se beneficia do duplo grau obrigatório (art. 475, III, CPC), ainda, inobstante, tornar obrigatória a intervenção do MP, no executivo fiscal seria reduzir a inutilidade o advogado de Estado (REsp n. 63.529-PR, 1ª Turma do STJ, unânime, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, publicado no DJ de 07.08.1995).

A alternativa C está correta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a intervenção do Ministério Público do Trabalho não é obrigatória em ações que envolvam acidentes de trabalho ou reparação por dano moral, salvo, à tutela de eventuais direitos trabalhistas envolve direito de herança de incapazes, o que atrai a intervenção obrigatória do MPT.

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, de acordo com o art. 178, III, CPC. Vejamos: “Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.”

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

#### **QUESTÃO 57. Sobre as provas no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:**

**a) A ausência do Ministério Público do Trabalho à audiência de instrução, em demanda coletiva, não configura confissão ficta, ainda que na ata de audiência conste o registro padrão de advertência de sua aplicação.**

**b) As regras de experiência comum ministradas pela observação do que ordinariamente ocorre somente podem ser aplicadas pelo juiz quando a prova testemunhal apresentada pelas partes for insuficiente ou contraditória.**

**c) Havendo situação de excessiva dificuldade para a parte autora realizar a prova do fato constitutivo do seu direito, o juiz deve inverter este ônus, por meio de decisão fundamentada proferida após os interrogatórios, fixando prazo para a parte contrária desincumbir-se do encargo.**

**d) Na hipótese de a matéria controvertida do processo ter menor complexidade, o juiz poderá determinar, tão somente a requerimento da parte, em substituição à perícia, a realização de prova técnica simplificada consistente na inquirição de especialista que possua formação acadêmica específica pertinente ao objeto da questão.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Em caso de demandas coletivas, em específico dissídios coletivos que envolvam direitos indisponíveis de terceiros, representados pelo Ministério Público do Trabalho, ausência do Ministério Público do Trabalho à audiência de instrução não produz a produção da confissão das matérias de fato, nos termos do art. 392, §1º do CPC, a saber: “Art. 392. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis. § 1º A confissão será ineficaz se feita por quem não for capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.”

A alternativa B está incorreta. As regras de experiência comum são aplicáveis, inclusive, para avaliar a necessidade ou não da prova testemunhal.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está incorreta ao afirmar que a inversão do ônus da prova poderá ocorrer após os interrogatórios, uma vez que deve ocorrer antes da instrução do processo, conforme assim prevê o art. 818, §1º da CLT. A saber: “Art. 818. O ônus da prova incumbe: (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).”

A alternativa D está incorreta. A possibilidade de realização de prova técnica simplificada no processo do trabalho não se limita a requerimento da parte. Nos termos do art. 464, §2º do CPC, a referida prova poderá ser requerida de ofício.

A alternativa E está incorreta, conforme os comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 58. A respeito da tutela provisória aplicável no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:**

**a) É taxativa a enumeração legal das medidas judiciais pertinentes à tutela provisória de urgência, de natureza cautelar.**

**b) A tutela provisória de evidência deve ser concedida pelo juiz em caso de verificação do abuso de direito de defesa da parte reclamada, ainda que não haja a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.**

**c) Antes da determinação da medida pertinente à tutela provisória, havendo dúvida sobre o juízo competente para apreciar a demanda, obriga-se o juiz a ouvir a parte contrária, independentemente da urgência observada no caso concreto.**

**d) Se a efetivação da tutela de urgência gerar prejuízo à parte adversa, não haverá responsabilização do autor na hipótese de ser, em momento posterior, declarada judicialmente prescrita a sua pretensão.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 311 do CPC prevê o seguinte: “A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.”

As demais alternativas estão incorretas, ante a ausência de previsão legal.

**QUESTÃO 59. Assinale a alternativa correta:**

- a) Não deve ser admitida a exceção de suspeição oposta pela parte recusante da atuação do magistrado quando estiver evidenciado no processo que ela já conhecia anteriormente o motivo e deixou de alegá-lo, ressalvada a hipótese de apresentação de um ou mais novos motivos.
- b) Não cabe recurso dos julgamentos das exceções de suspeição e de incompetência, facultando-se à parte novamente suscitá-las no apelo cabível da decisão final.
- c) A exceção de suspeição, quando oposta, suspende o processo, enquanto a exceção de incompetência territorial, por sua natureza relativa, não suspende o feito, permitindo que seja apreciada na audiência inaugural.
- d) São enumeradas, de maneira exaustiva, as hipóteses de suspeição e impedimento do magistrado previstas na Consolidação das Leis do Trabalho concernentes à existência de inimizade pessoal, de amizade íntima, de parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau e de interesse particular na causa.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 800, parágrafo único da CLT. Vejamos: “Art. 801 - O juiz, presidente ou vogal, é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos, em relação à pessoa dos litigantes: Parágrafo único - Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou.”

A alternativa B está incorreta. Em se tratando de incompetência, o processo poderá ser remetido a Tribunal competente por meio da redistribuição do processo.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 800, §1º da CLT, em caso de alegação de incompetência suspende o processo.

A alternativa D está incorreta. A Consolidação das Leis do Trabalho carece de previsão acerca do impedimento, cuja aplicação não será exaustiva.

**QUESTÃO 60. Sobre os embargos de declaração no processo do trabalho, assinale a alternativa correta:**

- a) São cabíveis os embargos de declaração para sanar a omissão, a contradição e a obscuridade verificadas exclusivamente na sentença ou no acórdão.
- b) Os erros materiais deverão ser corrigidos a requerimento de quaisquer das partes ou de ofício pelo magistrado, não cabendo embargos de declaração para essa finalidade.
- c) Os embargos de declaração têm cabimento para corrigir manifesto equívoco de decisão do magistrado de primeiro grau concernente ao exame dos pressupostos extrínsecos do recurso ordinário, do agravo de petição e do agravo de instrumento.

**d) prequestionamento de matéria fática invocada em recurso e sem menção no acórdão não pode ser obtido mediante embargos de declaração, que se restringe ao prequestionamento de questão de direito.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Os embargos de declaração serão interponíveis em face de qualquer decisão, não se limitando, exclusivamente, em caso de sentença ou acórdão. A saber: “Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial (...)”.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os embargos de declaração é cabível em face de qualquer decisão judicial, inclusive, para sanar erros materiais (art. 1.022 do CPC).

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, permitindo, inclusive, para corrigir manifesto equívoco de decisão do magistrado. “Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial (...)”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula 297 do TST, incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das demais alternativas.

#### **QUESTÃO 61. Assinale a alternativa incorreta:**

**a) Antes de proferir decisão sem resolução do mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.**

**b) O juiz poderá conhecer de ofício as questões pertinentes à existência de preempção, de convenção de arbitragem anteriormente firmada pelas partes e de litispendência.**

**c) Se, por negligência da parte reclamante, o processo permanecer sem andamento por mais de um ano, o juiz determinará a sua intimação pessoal para que seja suprida a falta, no prazo de cinco dias, não sendo válida a intimação realizada por meio do sistema PJe ou de Diário Oficial Eletrônico.**

**d) Na hipótese de o juiz verificar que determinado requisito processual seja dispensável, poderá proferir sentença de mérito, desde que seja favorável à parte a quem aproveitaria a extinção do processo sem a resolução da questão de fundo.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 317 do CPC. Vejamos: “Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.”

A alternativa B está incorreta. A convenção de arbitragem não poderá ser decidida de ofício, nos termos do art. 337, §5º. A saber: “Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: § 5º Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 485 do CPC, pois trata-se de caso de extinção do processo sem resolução de mérito.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 488 do CPC, desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.

A alternativa E está incorreta. As demais alternativas estão incorretas de acordo com os comentários das questões anteriores.

**QUESTÃO 62. Considerando a aplicação das normas processuais sobre o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer, assinale a alternativa incorreta:**

**a) Na demanda de natureza coletiva, a pena pecuniária aplicada pelo juiz em caso de descumprimento da ordem judicial concernente às obrigações de fazer ou não fazer deve ser suficiente e com elas compatíveis, incidindo até o dia em que a parte cumprir as respectivas obrigações ou, conforme prevê a lei, até o momento em que se alcance o limite do valor integral da pena pecuniária fixada na decisão**

**b) Ainda que na fase de conhecimento da ação civil pública a empresa ré comprove que corrigiu a conduta ilícita a ela imputada, não se configurará a perda do objeto da demanda quanto ao pedido específico de inibição da prática do ato e, igualmente, não se exigirá a demonstração da existência de culpa ou dolo ou mesmo da ocorrência de dano.**

**c) No âmbito da ação civil pública, para garantir a efetivação da tutela específica pleiteada, o magistrado pode determinar de ofício as medidas necessárias ao cumprimento de obrigação de fazer estabelecida na sentença, inclusive a imposição de multa ou o seu acréscimo posterior, em caso de se tornar insuficiente.**

**d) O descumprimento injustificado da determinação judicial correspondente às obrigações de fazer ou não fazer objeto da ação coletiva implica a responsabilização da parte executada por crime de desobediência e, também, na caracterização de litigância de má-fé.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está correta. O que torna a alternativa incorreta é acerca do limite do valor da obrigação, pois a lei não prevê nesse sentido.

A alternativa B está incorreta. A alternativa está correta, de acordo com a jurisprudência do TST.

A tutela jurisdicional inibitória volta-se para o futuro, prescindindo da reiterada ocorrência do dano, visando à efetivação do acesso à Justiça como meio capaz de impedir a violação do direito (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal e arts. 497 e 536, § 1º, do CPC atual).

A conduta ilícita constatada pelos órgãos fiscalizatórios tenha sido reconhecida pelo TRT como regularizada, deve ser observada a necessária aplicação da tutela inibitória uma vez que se trata de medida processual que pode ser imposta com o intuito de prevenir o descumprimento de decisão judicial e a ofensa às normas do ordenamento jurídico. Nesse sentido, é certo que o parágrafo único do art. 497 do CPC/2015 estabelece que, para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um

ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.

“Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 574, do CPC, o juiz poderá determinar de ofício as medidas necessárias ao cumprimento de obrigação de fazer estabelecida na sentença, dentre elas, a aplicação de multa. Vejamos:

“Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.”

A alternativa D está incorreta. O artigo 536, §3º do CPC prevê o seguinte: “Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. § 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.”

Portanto, o descumprimento injustificado da determinação judicial correspondente às obrigações de fazer ou não fazer objeto da ação coletiva implica a responsabilização da parte executada por crime de desobediência e, também, na caracterização de litigância de má-fé.

**QUESTÃO 63. A respeito da penhora na execução trabalhista, assinale a alternativa correta:**

**a) Os equipamentos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural podem ser penhorados em execução de sentença proferida em ação civil pública.**

**b) São penhoráveis, no âmbito do processo coletivo, os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, mesmo que submetidos ao regime de incorporação imobiliária e vinculados à execução da obra.**

**c) É vedada a penhora de recurso público recebido por instituição privada para aplicação compulsória em educação, saúde, assistência social, transporte, alimentação e segurança.**

**d) A ordem preferencial da penhora de bens e direitos elencados na lei não comporta exceção.**

**e) Não respondida.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 833, §3º, equipamentos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural podem ser penhorados em execução de sentença proferida em ação civil pública, em que respondam por dívidas trabalhistas.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 833, XII do CPC, são impenhoráveis os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, penhora em ação trabalhista não abrange recursos nas áreas de transporte, alimentação e segurança. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social são impenhoráveis (artigo 833, IX, do CPC).

A alternativa D está incorreta. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim, A utilização do termo “preferencialmente” no art. 835, caput, do CPC é suficiente para demonstrar que a ordem legal não é peremptória, podendo ser modificada pelo juiz no caso concreto, ainda que o próprio dispositivo afirme que a ordem é preferencial, com isso não torna a norma mera sugestão ao juiz, apenas permitindo, excepcionalmente, que a ordem seja invertida, quando então se exigirá do juiz a prolação de decisão fundamentada justificando a inversão da ordem legal.

A alternativa E está incorreta, de acordo com os comentários das demais alternativas.

**QUESTÃO 64. A respeito da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação civil pública à luz da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:**

**a) Se a extensão do dano abranger a jurisdição das varas do trabalho da capital de um Estado e, também, a jurisdição de outras duas varas do trabalho de Municípios do mesmo Estado, a vara da capital do Estado tem competência, não se aplicando a prevenção.**

**b) Se a extensão do dano abranger a jurisdição de duas varas do trabalho situadas em Estados diferentes e vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos, a competência é de qualquer uma das varas do trabalho, aplicando-se a prevenção.**

**c) Se o dano tiver abrangência nacional, é competente e preventa a vara do trabalho da capital do Estado em que se encontra a sede da empresa.**

**d) Se o dano for de abrangência suprarregional, a competência é de uma das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho, sendo preventa a vara do trabalho em que se encontra a sede da empresa.**

**e) Não respondida.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A questão aborda acerca da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a ação civil pública. A questão é respondida com fundamento na OJ 130. Vejamos:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. LOCAL DO DANO. LEI Nº 7.347/1985, ART. 2º. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ART. 93 (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) – Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I – A competência para a Ação Civil Pública fixa-se pela extensão do dano.

II – Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

III – Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

IV – Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.”

Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das varas do trabalho da capital do estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

#### **QUESTÃO 65. Analise as assertivas:**

**I - A mediação pode ser utilizada na autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público e particulares, inclusive para a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos de terceirização de serviços celebrados pela Administração Pública.**

**II - Na mediação, o dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes e a seus advogados, ressalvadas as questões técnicas que exijam assessoramento de terceiros.**

**III - O mediador auxiliará os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Analisaremos as assertivas uma a uma.

A assertiva I está correta. A mediação poderá ser utilizada na autocomposição de conflitos em que envolvam o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de terceirização de serviços celebrados pela Administração Pública, nos termos do art. 32, §5º, da Lei 13.140/2015.

A assertiva II está incorreta. O dever de confidencialidade abrange terceiros, uma vez que o dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a

outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, sob a égide do princípio da confidencialidade, previsto no art. 2º, VI, da Lei 13.140/2015.

A assertiva III está correta. Trata-se de uma definição da mediação. A mediação é uma técnica de negociação na qual um terceiro, indicado ou aceito pelas partes, as ajuda a encontrar uma solução que atenda a ambos os lados. Nesse sentido, a figura do mediador atua nas ações na quais as partes possuem vínculos, com objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que elas proponham soluções para o caso.

A alternativa A está correta, estando correta as assertivas I e III.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários das assertivas.

**QUESTÃO 66. Considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:**

**a) Não compete à Justiça do Trabalho julgar ação proposta por servidor celetista contra o Poder Público em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.**

**b) Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar causas ajuizadas contra o empregador nas quais se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições para a entidade de previdência privada a ele vinculada.**

**c) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.**

**d) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações acidentárias que, propostas pelo trabalhador, visem à prestação de benefício previdenciário.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decidiu, é da Justiça Comum a competência para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o poder público em que se discuta direito de natureza administrativa. A decisão, por maioria de votos, foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1288440, com repercussão geral (Tema 1.143).

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa”. Barroso ressaltou que, apesar de o caso concreto tratar de servidores públicos submetidos à CLT contratados por entidade da Administração Pública indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, a tese firmada neste julgamento aplica-se a todas as contratações do Poder Público regidas pela CLT.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

**QUESTÃO 67. De acordo com a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:**

**a) É incompatível com a Constituição Federal exigência de depósito prévia como condição de admissibilidade do recurso extraordinário.**

b) A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.

c) Em mandado de segurança, somente cabe remessa de ofício se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Isto não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa jurídica de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

d) Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido em decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.

e) Não respondida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o comando da questão, requer a indicação da alternativa que contém a assertiva incorreta.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está correta ao afirmar que a exigência do depósito prévio como condição de admissibilidade do recurso extraordinário é incompatível com a Constituição Federal, nos termos da Tema 679 do STF.

A alternativa B está correta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não implica em cerceamento de defesa o deferimento de provas posteriores, nos termos da Súmula 74 do STS. Vejamos: “A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ nº 184 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000).”

A alternativa C está incorreta. A assertiva está correta e de acordo com a Súmula 303 do TST, vejamos: “Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública.”

A alternativa D está incorreta. A assertiva está correta, nos termos da OJ 188 do TST.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das alternativas anteriores.

**QUESTÃO 68. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas:**

**I - O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível. Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial, salvo para o Ministério Público quando não interveio no processo.**

**II - Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.**

**III - A exceção de incompetência, ainda que aposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, não tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.**

**Assinale a alternativa correta:**

a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do art. 831, parágrafo único da CLT, o termo que foi lavrado em conciliação valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas. O acordo será invalidado quando o Ministério Público intervir pela sua nulidade.

A assertiva II está correta, nos termos da OJ 122 da SDI 2.

A assertiva III está correta, nos termos da Súmula 100 do TST.

A alternativa A está correta, estando corretas as assertivas II e III.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários das assertivas.

**QUESTÃO 69. A respeito da litigância de má-fé e das condutas atentatórias à dignidade da justiça, assinale a alternativa correta:**

a) A multa por litigância de má-fé é arbitrada pelo juiz em valor superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, podendo ser ampliado o percentual em caso de reincidência.

b) Considera-se litigante de má-fé a parte que frauda a execução ou interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório.

c) Dificultar a realização da penhora e opor-se maliciosamente à execução, por meio de ardis, são condutas que tipificam atentado à dignidade da justiça e geram a aplicação de multa destinada por lei ao fundo de modernização do Poder Judiciário.

d) A prática de inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso constitui ato atentatório à dignidade da justiça, situação que resulta em multa de até vinte por cento do valor da causa.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 81, §2º, CPC. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

Ressalte-se que não há previsão legal de aumento da multa pela reincidência da parte em ato de litigância de má-fé. Entretanto existe um julgado do TST no seguinte sentido: "EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INTERPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELA SDI-II DESTA CORTE NO JULGAMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INCABÍVEL. ERRO

GROSSEIRO. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. São incabíveis embargos de divergência interpostos contra acórdão proferido pela SDI-II desta Corte no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança. A interposição de embargos de divergência na hipótese dos autos caracteriza erro grosseiro, sendo inaplicável o princípio da fungibilidade. Precedentes. Recurso de que não se conhece. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INCABÍVEL. PERSISTÊNCIA DA IMPETRANTE EM ATITUDES QUE CARACTERIZAM LITIGÂNCIA MÁ-FÉ. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO REQUERIDA EM CONTRARRAZÕES. A impetrante já foi condenada por litigância de má-fé nesta ação, por ter impetrado e dado andamento concomitante a dois mandados de segurança com o mesmo objeto, tendo esta SDI-I dado parcial provimento ao recurso ordinário por ela interposto, para reduzir a condenação, de 5% para 1%. Não obstante, a impetrante interpõe recurso manifestamente incabível, revelando o intuito protelatório da medida adotada e opondo injustificada resistência ao andamento do processo, nos termos dos incs. IV e VII do art. 80 do CPC. Essas premissas revelam a persistência da impetrante na adoção de atitudes que caracterizam litigância de má-fé e justificam a majoração do percentual da condenação, para 9% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 81 do CPC" (ROT-289-42.2020.5.06.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 23/09/2022).

Acredito que, ainda assim, a alternativa está errada, pois ela cita o intervalo percentual (entre 1% e 10%) e diz que pode haver ampliação pela reincidência e o julgado acima, trata de majoração dentro do intervalo (para 9%).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 774 do CPC: Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; (...)

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 774 do CPC: Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: (...) II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; (...)

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.

A alternativa D está correta. Trata-se do disposto no artigo 77, §2º, do CPC: Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (...) VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso. (...)

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

#### **QUESTÃO 70. Assinale a alternativa correta:**

**a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ressalvada a hipótese de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.**

**b) A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, obstando, porém, que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa.**

c) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

d) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

e) Não respondida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 10 do CPC: O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

A alternativa B está incorreta. Conforme determina o artigo 24 do CPC: A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 24, parágrafo único, do CPC: A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 113, §1º, do CPC: O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

### QUESTÃO 71. Analise as assertivas:

I - O juiz, considerando a repercussão social da controvérsia, pode, por decisão irrecorrível, de ofício, solicitar a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de quinze dias de sua intimação.

II - O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado de ofício, a pedido da parte ou do Ministério Público, na fase de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III - É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, mas a nulidade só pode ser decretada após a sua intimação, quando se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

**b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A assertiva I está correta. Nos termos do art. 138 do CPC: O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do artigo 133 do CPC: O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

A assertiva III está correta. Trata-se da literalidade do art. 279, §2º, do CPC: É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. § 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

Assim, considerando que as assertivas I e III estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra C.

#### **QUESTÃO 72. Assinale a alternativa correta:**

**a) A decisão que concede a tutela antecipada não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.**

**b) Apenas na hipótese de direito incontroverso, o juiz decidirá parcialmente o mérito quanto a um ou mais dos pedidos formulados.**

**c) A audiência deverá ser adiada nas hipóteses de ocorrência de interesse de uma das partes ou se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar.**

**d) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, independentemente da concordância das partes.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da previsão contida no art. 304, §6º, do CPC: A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo. A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 356 do CPC: O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.

A alternativa C está incorreta. Conforme determina o art. 362 do CPC: A audiência poderá ser adiada: I - por convenção das partes; II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar; III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 365 do CPC: A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.

A alternativa E está incorreta, pois a letra A responde à questão.

### **QUESTÃO 73. Analise as assertivas:**

**I - A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.**

**II - A caução prevista para o cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de pagar quantia certa poderá ser dispensada quando o crédito for de natureza alimentar, ressalvada a situação de manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação.**

**III - Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento na ação de consignação em pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito. Comparecendo mais de um credor, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os presuntivos credores, observado o procedimento comum.**

**Assinale a alternativa correta.**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.**

**c) Apenas a assertiva II está correta.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está correta. Nos termos do art. 515, §2º, do CPC: A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

A assertiva II está correta. Conforme dispõe o art. 521 do CPC: A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: I - o crédito for de natureza alimentar, independentemente de sua origem; (...)

Parágrafo único. A exigência de caução será mantida quando da dispensa possa resultar manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação.

A assertiva III está correta. Nos termos dos artigos 547 e 547 do CPC: Art. 547. Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito.

Art. 548. No caso do art. 547: (...) III - comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os presuntivos credores, observado o procedimento comum.

**QUESTÃO 74. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa incorreta:**

**a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, preferencialmente, em primeiro lugar, o perito e os assistentes técnicos.**

**b) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.**

**c) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de vinte minutos para cada um, prorrogável por dez minutos, a critério do juiz.**

**d) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, diretamente por quaisquer das partes, dependendo de autorização judicial, por força de norma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 361 do CPC: As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente: I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, caso não respondidos anteriormente por escrito.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 362, §2º, do CPC: O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 364 do CPC: Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção,

sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.

A alternativa D está incorreta. É o gabarito da questão. Conforme dispõem os §§5º e 6º do artigo 367 do CPC: Art. 367, §5º. A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica. Art. 367, §6º. A gravação a que se refere o §5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

#### **QUESTÃO 75. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:**

**a) A decisão de mérito transitada em julgado pode ser rescindida, entre outras hipóteses, quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absoluta ou relativamente incompetente.**

**b) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, estão sujeitos à ação rescisória.**

**c) Na ação rescisória fundada em obtenção de prova nova, o termo inicial do prazo decadencial será a data da sua descoberta, observado o prazo máximo de cinco anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.**

**d) A propositura da ação rescisória suspende o cumprimento da decisão rescindenda.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 966 do CPC: A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (...) II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao disposto no art. 966, §4º, do CPC: Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 975, §2º, do CPC: Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 969 do CPC: A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

A alternativa E está incorreta, pois a letra C responde a questão.

#### **QUESTÃO 76. Analise as assertivas:**

**I - A convenção das partes para distribuição diversa do ônus da prova pode ser celebrada antes ou durante o processo.**

**II - A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.**

**III - A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá a autoridade da coisa julgada.**

**IV - A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato e de coação.**

**Neste caso, a demanda anulatória é de legitimidade exclusiva do confitente e intransferível aos herdeiros.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Todas as assertivas estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está correta. Nos termos do artigo 373, §§3º e 4º, do CPC: Art. 373, §3º. A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes (...). Art. 373, §4º. A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do art. 381, §3º, do CPC: A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

A assertiva III está correta. Consoante ao art. 433 do CPC: A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá também a autoridade da coisa julgada.

A assertiva IV está incorreta. Nos termos do art. 393 do CPC: A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação. Parágrafo único. A legitimidade para a ação prevista no caput é exclusiva do confitente e pode ser transferida a seus herdeiros se ele falecer após a propositura.

Assim, considerando que as assertivas I e III estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

#### **QUESTÃO 77. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil, analise as assertivas:**

**I - É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.**

**II - Quando não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente de resolução de demandas repetitivas e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.**

**III - É admissível o incidente de assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de fato e de direito, com grande repercussão social e repetição em múltiplos processos.**

**IV - O Ministério Público deverá ser ouvido obrigatoriamente como fiscal da ordem jurídica em todos os conflitos de competência.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**

**b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.**

**d) Apenas a assertiva I está correta.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está correta. Nos termos do art. 976 do CPC: É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

A assertiva II está correta. Consoante ao art. 976, §2º, do CPC: Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

A assertiva III está incorreta. Nos termos do art. 947 do CPC: É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

A assertiva IV está incorreta. Nos termos do art. 951, parágrafo único, do CPC: O Ministério Público somente será ouvido nos conflitos de competência relativos aos processos previstos no art. 178, mas terá qualidade de parte nos conflitos que suscitar.

Assim, considerando que as assertivas I e II estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

#### **QUESTÃO 78. Analise as assertivas:**

**I – O termo de compromisso de ajustamento de conduta pode ser tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto.**

**II – O termo de compromisso de ajustamento de conduta colhido pelo membro do Ministério Público representa ato de autoridade suscetível de questionamento por mandado de segurança.**

**III – O investigado possui o direito procedimental de receber, antes de o membro do Ministério Público do Trabalho ajuizar ação civil pública, proposta para assinatura de termo de compromisso de ajustamento de conduta.**

**IV – A fiscalização do cumprimento do termo de compromisso de ajustamento de conduta dar-se-á na forma nele prevista, podendo ocorrer por meio de requisição de procedimento de fiscalização à Secretaria Regional do Trabalho e Emprego, à Vigilância Sanitária ou ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e, ainda, mediante a realização de inspeção pelo próprio Ministério Público do Trabalho.**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) Todas as assertivas estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.**
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.**
- e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre o Termo de Ajustamento de Conduta.

O item I está correto, nos termos do art. 3º da Resolução nº 179 do CNMP, in verbis: “Art. 3º O compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, ou no curso da ação judicial, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto, e ser assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário”.

O item II está incorreto. O gabarito preliminar da banca examinadora apontou o item como incorreto, ou seja, o ato do Ministério Público na celebração de TAC não se insere no conceito de ato de autoridade para fins de impetração de mandado de segurança. Contudo, é possível a interposição de recurso, na medida em que há julgado do STJ acerca do cabimento de mandado de segurança questionando ato praticado pelo MP no bojo do TAC. Segue excerto do julgado: “1. O mandado de segurança tem o escopo de tutelar direito comprovado de plano, sujeito à lesão ou ameaça de lesão por ato abusivo ou ilegal de autoridade. 2. O Ministério Público, instituição vocacionada constitucionalmente para a defesa da ordem jurídica, regime democrático e dos interesses individuais e sociais indisponíveis (art. 127 da CF), com esteio na Lei da Ação Civil Pública, firmou Termo de Ajustamento de Conduta, instrumento formal de adequação das condutas às exigências legais, visando o combate da violência no estádio Serra Dourada. Atuou, portanto, no exercício das atribuições a ele conferidas, nos termos dos arts. 26 da Lei 8.625/93, 14 da Resolução 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e 129 da CF. 3. In casu, a proibição de vender bebida alcoólica não decorreu de ato ilegal ou abusivo e, sim, da imposição estabelecida na Lei 10.671/03 (Estatuto do Torcedor) e na Política Nacional sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas (Decreto 6.117/07) (RMS n. 31.064/GO, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 21/9/2010, DJe de 1/10/2010.)”.

O item III está incorreto, pois não há direito subjetivo à propositura de TAC. Sobre o tema, cumpre destacar que a atuação do Ministério Público está fundamentada no princípio da independência funcional. Além disso, a proposta para assinatura de termo de compromisso de ajustamento de conduta não é condição para o ingresso de ação civil pública. Nesse sentido, destaca-se o seguinte julgado veiculado no informativo 377 do STJ: “TERMO. AJUSTAMENTO. CONDUCTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Discute-se a obrigatoriedade de o Ministério

Público propor termo de ajustamento de conduta antes da propositura de ação civil pública, à luz do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985. Para a Min. Relatora, o ordenamento jurídico brasileiro não confere ao referido instrumento o caráter obrigatório defendido pela recorrente, em que pese sua notória efetividade. Ademais, julgada a ação há mais de quatro anos, não é razoável extingui-la sob a alegada ausência de prévio esgotamento pelo parquet das medidas disponíveis na via administrativa. O dispositivo da mencionada lei não tem o alcance por ela pretendido. REsp 895.443-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 20/11/2008”.

O item IV está correto, pois a fiscalização do TAC pode ser realizada de modo compartilhado com outros órgãos. De acordo com o entendimento do STJ: “[...] a fiscalização do cumprimento do TAC não é restrita ao órgão público que o entabulou, podendo ser realizada pelos demais entes legitimados, pelo Ministério Público e, inclusive, pelos indivíduos interessados na sua execução. Contudo, descabe às vítimas, quando do ajuizamento da execução individual, comprovar a inércia da contraparte nas tratativas individuais ou a negativa de indenização extrajudicial, sob pena de imputar à parte vulnerável o ônus de constituir prova negativa. Lado contrário, a empresa executada apresenta melhores condições de demonstrar que está adimplindo as disposições do TAC, o que poderá ser suscitado em embargos à execução”.

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas as assertivas I e IV estão corretas.

**QUESTÃO 79. Considerando os poderes de investigação do membro do Ministério Público do Trabalho, assinale a alternativa incorreta a respeito do depoimento de testemunha no âmbito da instrução do inquérito civil:**

- a) A testemunha tem o dever de comparecimento à audiência, podendo ocorrer a determinação de sua condução coercitiva em caso de ausência injustificada.
- b) Se a testemunha se recusar a assinar o depoimento, os termos nele constantes serão tomados como meras declarações.
- c) A testemunha obriga-se ao compromisso legal de dizer a verdade, sob pena de incidir em crime tipificado no Código Penal, não se aplicando o tipo penal previsto na Lei da Ação Civil Pública.
- d) A oitiva de testemunha é atribuição exclusiva do membro do Ministério Público do Trabalho, a ser realizada mediante atendimento das formalidades legais, não sendo cabível a prisão em flagrante quando configurado o crime de falso testemunho.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre o depoimento de testemunha no âmbito da instrução do inquérito civil.

A alternativa A está incorreta. De fato, no âmbito do inquérito civil, a testemunha tem o dever de comparecimento à audiência, podendo ocorrer a determinação de sua condução coercitiva em caso de ausência injustificada. Nesse contexto, destaca-se o art. 8º, I, da Lei Complementar nº 75/1993: “Art. 8º Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência: I – notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada”. No mesmo sentido, o art. 26, I, “a”, da Lei nº 8.625/1993 dispõe que: “Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: I – instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: a) expedir notificações para colher depoimento ou

esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei”.

A alternativa B está correta, pois a recusa da testemunha em assinar o termo não transforma o ato em mera declaração. No caso, mantém-se a característica de depoimento. Na hipótese, ocorrerá a presença das testemunhas fedatárias, que presenciam o ato em si e confirmam sua autenticidade. De acordo com o disposto no art. 6º, §3º, da Resolução nº 69 do CSMPT: “Art. 6º. § 3º As declarações e os depoimentos sob compromisso serão tomados por termo pelo membro do Ministério Público do Trabalho, assinado pelos presentes ou, em caso de recusa, tal fato deverá constar em ata firmada pelo Procurador e pelo secretário de audiência”.

A alternativa C está incorreta. A testemunha obriga-se ao compromisso legal de dizer a verdade, sob pena de incidir no crime de falso testemunho tipificado no art. 342 do Código Penal: “Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa”. Além disso, no caso, não se aplica o tipo penal previsto na Lei da Ação Civil Pública, que prevê como crime a conduta consistente em recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público. Dispõe o art. 10 da Lei nº 7.347/85 que: “Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público”.

A alternativa D está incorreta. Sobre o tema, há divergência acerca se o falso em sede de inquérito civil caracteriza o crime do artigo 342 do Código Penal. De acordo com Hugo Mazzilli, por exemplo, a conduta é atípica. Por outro lado, o STJ possui julgado afirmando que o falso em sede de inquérito civil caracteriza o crime do artigo 342 do Código Penal. Segue trecho da ementa do REsp n. 1.792.068/SP: “1. É cediço, no âmbito desta Corte, que o crime de falso testemunho, por albergar o prestígio e a incolumidade da administração da justiça, possui natureza formal, cuja consumação - efetivada no momento em que o agente termina seu depoimento, ulteriormente averbado em ata com sua assinatura, no âmbito de processo judicial (penal ou civil), administrativo (inquérito civil ou sindicância), inquérito policial ou, ainda, perante câmara arbitral - prescinde da ocorrência de qualquer resultado naturalístico, vale dizer, consuma-se de forma antecipada com a mera prática, pelo depoente, de alguma das condutas previstas no caput do art. 342 do Código Penal, de ação múltipla. (AgRg no REsp n. 1.792.068/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 20/8/2019, DJe de 2/9/2019.)”. Assim, adotando o entendimento de Hugo Mazzilli ao considerar que a conduta é atípica, não é cabível a prisão em flagrante por falso testemunho no âmbito do inquérito civil.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa a ser assinalada é a letra B.

#### **QUESTÃO 80. Sobre o regime jurídico do Ministério Público do Trabalho, analise as assertivas:**

**I – São órgãos superiores da Instituição o Conselho Superior, a Câmara de Coordenação e Revisão, a Corregedoria, a Ouvidoria e as Coordenadorias Nacionais Temáticas.**

**II – O Conselho Superior possui atribuição para autorizar designações de membros, em caráter excepcional, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria.**

**III – O exercício das funções de Vice-Procurador-Geral do Trabalho, Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, Corregedor e Ouvidor é privativo de Subprocuradores-Gerais do Trabalho.**

**IV – Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho oficiam perante o Tribunal Superior do Trabalho e nos escritórios da Câmara de Coordenação e Revisão, podendo atuar perante outros órgãos jurisdicionais mediante autorização do Conselho Superior, tal qual ocorre com os Procuradores do Trabalho.**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.**
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.**
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.**
- d) Todas as assertivas estão corretas.**
- e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre o regime jurídico do Ministério Público do Trabalho.

O item I está incorreto, pois a Ouvidoria e as Coordenadorias Nacionais Temáticas não são órgãos que compõem a estrutura do MPT. De acordo com o art. 85 da Lei Complementar nº 75/1993: “Art. 85. São órgãos do Ministério Público do Trabalho: I – o Procurador-Geral do Trabalho; II – o Colégio de Procuradores do Trabalho; III – o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; IV – a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho; V – a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; VI – os Subprocuradores-Gerais do Trabalho; VII – os Procuradores Regionais do Trabalho; VIII – os Procuradores do Trabalho”.

O item II está correto, nos termos do art. 98, XI, da Lei Complementar nº 75/1993: “Art. 98. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho: XI – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público do Trabalho, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou escritórios diferentes dos estabelecidos para cada categoria”.

O item III está incorreto, pois a função de Ouvidor não é privativa de Subprocuradores-Gerais do Trabalho. Trata-se de função que será exercida por qualquer membro que esteja em atividade e com mais de 10 anos de efetivo exercício, nos termos do art. 3º da Resolução nº 95/2013 do CNMP: “Art. 3º A função de Ouvidor do Ministério Público será exercida por membro em atividade e com mais de 10 anos de efetivo exercício, preferencialmente em caráter de exclusividade, de acordo com o disposto nos regulamentos e leis em vigor”. Cumpre destacar que a primeira parte do item está correta, pois o exercício das funções de Vice-Procurador-Geral do Trabalho é privativo de Subprocuradores-Gerais do Trabalho, conforme art. 89 da LC nº 75/93: “Art. 89. O Procurador-Geral do Trabalho designará, dentre os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, que o substituirá em seus impedimentos”. Além disso, as funções de Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão e de Corregedor também são privativas de Subprocuradores-Gerais do Trabalho, nos termos do art. 108 da LC nº 75/93: “Art. 108. Cabe aos Subprocuradores-Gerais do Trabalho, privativamente, o exercício das funções de: I - Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho; II - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho”.

O item IV está correto, nos termos do art. 107 da Lei Complementar nº 75/1993: “Art. 107. Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho serão designados para officiar junto ao Tribunal Superior do Trabalho e nos escritórios na Câmara de Coordenação e Revisão. Parágrafo único. A designação de Subprocurador-Geral do Trabalho para officiar em órgãos jurisdicionais diferentes do previsto para a categoria dependerá de

autorização do Conselho Superior”. Cumpre destacar, ainda, que o mesmo regramento é aplicável aos Procuradores do Trabalho, nos termos do art. 98, XI, da Lei Complementar nº 75/1993: “Art. 98. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho: XI – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público do Trabalho, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria”.

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas as assertivas II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 81. No que se refere à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, analise as assertivas:**

**I – As Coordenadorias Nacionais Temáticas exercem, por delegação, atribuições da Câmara de Coordenação e Revisão, promovendo a coordenação da atividade funcional, mantendo intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins e produzindo informações técnico-jurídicas para os demais órgãos institucionais.**

**II – Observados critérios objetivos definidos pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, compete à Câmara de Coordenação e Revisão resolver sobre a distribuição especial de feitos e procedimentos quando a matéria, por sua natureza e relevância, assim o exigir.**

**III – O termo de compromisso de ajustamento de conduta pressupõe a homologação, pela Câmara de Coordenação e Revisão, para garantia de sua eficácia como título executivo extrajudicial. Assinale a alternativa correta:**

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.

O item I está incorreto, pois as Coordenadorias Nacionais Temáticas atuam sob orientação da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), de modo que não há exercício de atribuições da CCR por delegação. Nesse sentido, dispõe o art. 1º, §1º, da Resolução nº 137 do CSMPT: “§1º As Coordenadorias atuarão sob orientação da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR)”.

O item II está correto, nos termos do art. 103, IV, da Lei Complementar nº 75/1993: “Art. 103. Compete à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho: IV - resolver sobre a distribuição especial de feitos e procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir”.

O item III está incorreto, pois não há necessidade de homologação do termo de compromisso de ajustamento de conduta pelo CSMPT para garantir a eficácia como título executivo extrajudicial. Ademais, cumpre destacar que o TAC tem força executiva atribuída pelo art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85: “§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às

exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”. No mesmo sentido, de acordo com o art. 784, XII, do Código de Processo Civil: “Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: XII - todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva”.

Portanto, a alternativa C está correta, pois apenas a assertiva II está correta.

**QUESTÃO 82. Em relação ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.
- b) É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- c) As instâncias administrativa e criminal guardam independência entre si, de modo que os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares tipificadas também como crime.
- d) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema processo administrativo disciplinar.

A alternativa A está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A presente proposição expõe a literalidade da Súmula 592 do STJ: “O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A afirmativa reflete jurisprudência consolidada pelo STJ, como se extrai, por exemplo, do seguinte trecho de julgado: “é possível a utilização, como prova emprestada, de interceptações telefônicas derivadas de processo penal, com autorização judicial, no processo administrativo disciplinar, desde que seja assegurada a garantia do contraditório.” (MS n. 24.031/DF, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, julgado em 28/8/2019, DJe de 16/10/2019.)

A alternativa C está correta, uma vez que seu teor é inverídico (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A presente afirmativa diverge do entendimento externado pelo STJ, consoante divulgado em seu Informativo 651: “O prazo prescricional previsto na lei penal se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime independentemente da apuração criminal da conduta do servidor.” (MS 20.857-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ acórdão Min. Og Fernandes, Primeira Seção, por maioria, julgado em 22/05/2019, DJe 12/06/2019)

A alternativa D está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Trata-se de assertiva em linha com a Súmula 665 do STJ: “O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à

luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.”

A alternativa E está incorreta, considerando que a resposta encontra-se na alternativa C.

**QUESTÃO 83. De acordo com a Lei de Licitações, assinale a alternativa correta:**

**a) Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por violação ao meio ambiente do trabalho, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.**

**b) Admite-se o contrato de eficiência cujo objeto é a prestação de serviços, podendo incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base percentual da economia gerada.**

**c) A concorrência é modalidade de licitação para a contratação de bens e serviços especiais, assim como de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser, exclusivamente, de menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço ou maior retorno econômico.**

**d) Entende-se por contrato de eficiência aquele cujo objeto é a prestação de serviços apenas para realização de obras visando a proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema licitações, nos moldes da Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, uma vez que em desacordo ao que dispõe o art. 14, VI, do citado diploma legal, que não engloba a violação ao meio ambiente do trabalho. Confirma-se: “Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.”

A alternativa B está correta, considerando que seu teor reflete a definição legal contida no art. 6º, LIII, da Lei 14.133/2021: “Para os fins desta Lei, consideram-se: contrato de eficiência: contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada;”

A alternativa C está incorreta, porquanto a concorrência também comporta o critério de julgamento por maior desconto, que não foi citado na assertiva, de maneira que o uso do vocábulo “exclusivamente” torna-a equivocada. No ponto, o art. 6º, XXXVIII, “e”, da Lei 14.133/2021: “Para os fins desta Lei, consideram-se:

concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: (...)maior desconto;”

A alternativa D está incorreta, pois, conforme definição legal do contrato de eficiência, transcrita na alternativa B, tal ajuste pode incluir a realização de obras, de modo que se trata de mera possibilidade.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a resposta encontra-se na alternativa B.

**QUESTÃO 84. Analise as assertivas sobre o regime de remuneração de servidores, conforme a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:**

**I. É constitucional o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público quando labore em jornada reduzida de trabalho.**

**II. Não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.**

**III. É inconstitucional a vinculação de remunerações de carreiras pertencentes a entes federativos distintos ao subsídio de ministros do Supremo Tribunal Federal.**

**Assinale a alternativa correta:**

**a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

**b) Apenas a assertiva III está correta.**

**c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

**d) Todas as assertivas estão corretas.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema regime remuneratório de servidores públicos.

O item I está incorreto, porquanto seu teor afronta o entendimento fixado pelo STF, em repercussão geral, conforme a seguinte tese: “[é] defeso o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho”. (RE 964659, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 08-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-174 DIVULG 31-08-2022 PUBLIC 01-09-2022)

O item II está correto, na medida em que se afina com a Súmula Vinculante 37 do STF: “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

O item III está correto, pois espelha uma das teses firmadas pelo STF, na ADI 7264, em repercussão geral, que ora transcreve-se: “É inconstitucional, por violação ao art. 37, X e XIII, e ao art. 39, § 1º, da CF, a vinculação de remunerações de carreiras pertencentes a entes federativos distintos ao subsídio de Ministros do Supremo Tribunal Federal;” (ADI 7264, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 06-06-2023 PUBLIC 07-06-2023)

Assim sendo, apenas as proposições II e III estão corretas.

**QUESTÃO 85. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta:**

- a) É vedado o ajuizamento de ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.**
- b) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, salvo se, posteriormente, vier a ser prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.**
- c) Os sócios, os cotistas e os diretores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.**
- d) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.**
- e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Trata-se de afirmativa que encontra apoio explícito na regra do art. 17-D da Lei 8.429/92 (LIA): “A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.”

A alternativa B está correta, tendo em vista que seu teor é inverídico (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). O conteúdo da afirmativa diverge da norma vazada no art. 1º, §8º, da LIA: “Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.” Sem embargo, registre-se que a norma acima indicada encontra-se com sua eficácia suspensa, por força de medida cautelar deferida pelo STF, no bojo da ADI 7.236 MC/DF, rel. Ministro ALEXANDRE DE MORAES.

A alternativa C está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A proposição em análise exhibe a literalidade do art. 3º, §1º, da LIA: “Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.”

A alternativa D está incorreta, uma vez que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Cuida-se de assertiva que tem apoio explícito no art. 16, *caput*, da LIA: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de

bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.”

A alternativa E está incorreta, uma vez que a resposta encontra-se na alternativa B.

**QUESTÃO 86. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis federais, assinale a alternativa correta:**

**a) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, que só poderá ocorrer por decisão judicial.**

**b) A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo.**

**c) O servidor estável perderá o cargo em razão de eleição para cargo eletivo.**

**d) A readaptação é a investidura do servidor em cargo cuja lotação seja compatível com a preservação da unidade familiar.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão explorou conhecimentos sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis federais.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a reintegração pode derivar de decisão judicial ou administrativa, a teor do art. 28, *caput*, da Lei 8.112/90: “A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.”

A alternativa B está correta, eis que devidamente apoiada no que estabelece o art. 29, I, da Lei 8.112/90: “Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de: inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;”

A alternativa C está incorreta. A eleição para cargo eletivo não é causa de perda de cargo público por servidor estável, mas sim de seu eventual afastamento, observando-se a disciplina do art. 38, I a III, da CRFB: “Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;”

A alternativa D está incorreta, porquanto se mostra em franco desacordo à definição legal de readaptação, conforme art. 24 da Lei 8.112/90: “Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.”

A alternativa E está incorreta, uma vez que a resposta correta encontra-se na letra B.

**QUESTÃO 87.** Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) A decisão judicial que decretar a invalidação de um contrato não é obrigada a indicar expressamente as suas consequências jurídicas, ressalvada a situação em que um dos contratantes seja a Administração Pública.

b) A lei posterior revoga a anterior unicamente nas hipóteses em que de maneira expressa o declare, quando regule inteiramente a matéria da lei anterior ou seja com ela incompatível.

c) O juiz, em caso de omissão da lei, decidirá de acordo com os princípios gerais de direito, a analogia, os costumes e o direito comparado.

d) Para que ocorra a repristinação, não é preciso que haja previsão normativa expressa.

e) Não respondida.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o conhecimento sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está incorreta, pois há exigência legal no sentido de que a decisão judicial que decretar a invalidação de um contrato indique expressamente as suas consequências jurídicas. Sobre o tema, assim dispõe o art. 21 da LINDB: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo exposto suas consequências jurídicas e administrativas”.

A alternativa B está correta, pois trata-se do teor do art. 2º, §1º, da LINDB: “§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”.

A alternativa C está incorreta, pois o direito comparado não consiste em forma de integração da norma jurídica. De acordo com o art. 4º da LINDB: “Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

A alternativa D está incorreta. De acordo com Flávio Tartuce, “o efeito repristinatório é aquele pelo qual uma norma revogada volta a valer no caso de revogação da sua revogadora”. Segundo o disposto no art. 2º, §3º, da LINDB: “§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”. Verifica-se, portanto, que a LINDB não admite o efeito repristinatório automático. Assim, somente é possível que a lei revogada volta a vigor quando o legislador assim o determinar expressamente.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa correta é a letra B.

**QUESTÃO 88.** Ana permaneceu de licença remunerada por catorze dias, em decorrência de enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral, que gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Além disso, não recebeu auxílio da empresa para as despesas

médicas e foi reabilitada para outra função, de menor padrão salarial. Diante desse quadro fático e das normas sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

a) Ana tem direito à indenização por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, à reparação por dano existencial pelo prejuízo à convivência familiar e também à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico, não fazendo jus à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou.

b) Ana não tem direito à indenização por dano moral, uma vez que foi devidamente reabilitada para continuar a trabalhar, mas faz jus à indenização por dano existencial em razão do prejuízo à convivência familiar, à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico e à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou.

c) Ana não tem direito à indenização por dano moral, uma vez que foi devidamente reabilitada e a licença remunerada correspondeu a catorze dias, não fazendo jus à indenização pelo dano existencial por não ter sido privada do direito ao descanso, mas tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, além do direito à indenização por danos patrimoniais correspondentes à despesa com tratamento médico.

d) Ana tem direito à reparação por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico e à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, mas não faz jus à indenização por dano existencial, por sua não configuração.

e) Não respondida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o conhecimento sobre a responsabilidade civil no caso de lesão ou outra ofensa à saúde.

A alternativa A está incorreta. É possível identificar 2 (dois) erros na alternativa. Inicialmente, Ana não tem direito à reparação por dano existencial, pois o enunciado não afirmou expressamente que ocorreu prejuízo à convivência familiar. O segundo erro está na parte final da alternativa, pois Ana tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, tendo em vista que a enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Nesse sentido, dispõe o art. 950 do Código Civil que: “Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu”.

A alternativa B está incorreta, pois, no caso analisado, Ana tem direito à indenização por dano moral em decorrência da lesão à saúde corporal, nos termos do art. 186 do Código Civil: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No mesmo contexto, destaca-se excerto do REsp n. 1.406.245/SP no âmbito do STJ, transcrito nos comentários da alternativa D. Por outro lado, não tem direito à reparação por dano existencial, pois o enunciado não afirmou expressamente que ocorreu prejuízo à convivência familiar de Ana.

A alternativa C está incorreta, pois, no caso analisado, Ana tem direito à indenização por dano moral em decorrência da lesão à saúde corporal, nos termos do art. 186 do Código Civil: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. No mesmo contexto, destaca-se excerto do REsp n. 1.406.245/SP no âmbito do STJ, transcrito nos comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Na situação hipotética, Ana tem direito à reparação por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, nos termos do art. 186 do Código Civil: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Além disso, destaca-se excerto do REsp n. 1.406.245/SP no âmbito do STJ: “4. O direito à compensação de dano moral, conforme a expressa disposição do art. 12 do CC, exsurge de condutas que ofendam direitos da personalidade (como os que se extraem, em numerus apertus, dos arts. 11 a 21 do CC), bens tutelados que não têm, per se, conteúdo patrimonial, mas extrema relevância conferida pelo ordenamento jurídico, quais sejam: higidez física e psicológica, vida, liberdade (física e de pensamento), privacidade, honra, imagem, nome, direitos morais do autor de obra intelectual. Nessa linha de inteligência, como pondera a abalizada doutrina especializada, mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. (REsp n. 1.406.245/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/11/2020, DJe de 10/2/2021.)”.

Ademais, Ana também tem direito à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico, nos termos do art. 949 do Código Civil: “Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido”.

Ainda, Ana tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, tendo em vista que a enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Nesse sentido, dispõe o art. 950 do Código Civil que: “Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu”.

Por fim, não há direito à reparação por dano existencial, pois o enunciado não afirmou expressamente que ocorreu prejuízo à convivência familiar de Ana.

A alternativa E está incorreta, pois a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

**QUESTÃO 89. Com relação ao inadimplemento das obrigações contratuais, assinale a alternativa incorreta:**

**a) Somente na hipótese de o devedor expressamente assumir a responsabilidade, responderá pelos danos resultantes de caso fortuito ou força maior.**

**b) O devedor de obrigação oriunda de ato ilícito por ele praticado incorrerá em mora a partir do dia em que receber a citação judicial.**

**c) Nas obrigações de pagamento em dinheiro, se o credor demonstrar que os juros de mora não cobrem o prejuízo sofrido, o juiz poderá conceder indenização suplementar desde que as partes não tenham convencionado diretamente a aplicação de multa.**

**d) A multa contratual é exigível, independentemente da existência de prejuízo para o credor.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

O gabarito preliminar da banca examinadora apontou a alternativa B como resposta a ser assinalada. Contudo, a questão merece anulação, pois há 2 (duas) respostas possíveis.

A questão aborda o conhecimento sobre o inadimplemento das obrigações contratuais.

A alternativa A está correta. Em regra, o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior. Contudo, excepcionalmente, o devedor responderá pelos danos resultantes de caso fortuito ou força maior quando expressamente assumir a responsabilidade. Nos termos do art. 393, caput, do Código Civil: “Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”. Cumpre destacar que, de igual modo, o art. 399 do Código Civil também prevê hipótese na qual o devedor responde por prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior: “Art. 399. O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada”. Assim, o Código Civil prevê 2 (duas) hipóteses nas quais o devedor responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito ou de força maior. Verifica-se, portanto, que a alternativa está equivocada ao afirmar que somente na hipótese de o devedor expressamente assumir a responsabilidade, responderá pelos danos resultantes de caso fortuito ou força maior.

A alternativa B está correta, pois, nessa hipótese, a mora estará caracterizada a partir da prática do ato ilícito. Nesse sentido, dispõe o art. 398 do Código Civil: “Art. 398. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se do conteúdo do art. 404 do Código Civil: “Art. 404. As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional. Parágrafo único. Provado que os juros da mora não cobrem o prejuízo, e não havendo pena convencional, pode o juiz conceder ao credor indenização suplementar”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 416 do Código Civil: “Art. 416. Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo”.

A alternativa E está incorreta, pois as alternativas a serem assinaladas são as letras A e B.

**QUESTÃO 90. De acordo com a lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa correta:**

**a) Na recuperação judicial, não é permitido ao Ministério Público do Trabalho requerer ao administrador judicial a modificação de crédito derivado de ação civil pública anteriormente habilitado do quadro-geral de credores.**

**b) Após a homologação do quadro-geral de credores, se o Ministério Público do Trabalho não tiver habilitado o crédito oriundo de execução judicial de termo de compromisso de ajustamento de conduta, não poderá requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito.**

**c) A petição inicial de recuperação judicial será obrigatoriamente instruída com a relação integral dos empregados, nela constando as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas devidas, com o correspondente mês de competência e a discriminação dos valores pendentes de pagamento.**

**d) Estão sujeitos à recuperação extrajudicial os créditos de natureza trabalhista e por acidente de trabalho, desde que objeto de negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

O gabarito preliminar da banca examinadora apontou a alternativa D como resposta a ser assinalada. Contudo, a questão merece anulação, pois há 2 (duas) respostas corretas.

A alternativa A está incorreta, pois é possível a atuação do Ministério Público nesse sentido. De acordo com o art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05: “§ 2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença”. Ademais, de acordo com o entendimento do STJ, em relação ao crédito já habilitado, ainda que já tenha sido homologado pelo juízo da recuperação, nada impede que sobrevenham acréscimos ou decréscimos por força de provimento jurisdicional definido em demandas judiciais em curso, a ensejar a aplicação da condição especial definida no plano de recuperação ao novo valor do débito judicialmente reconhecido. Destaca-se excerto da ementa do REsp 1.700.606: “2. Cinge-se a controvérsia a definir se a homologação do plano de recuperação judicial impede a rediscussão do débito em ação revisional de contrato relativa à mesma dívida, já habilitada e homologada. 6. Sobre o crédito habilitado, ainda que já tenha sido homologado pelo juízo da recuperação, nada obsta que sobrevenham acréscimos ou decréscimos por força de provimento jurisdicional exarado em demandas judiciais em curso, a ensejar a aplicação da condição especial definida no plano de recuperação judicial ao novo valor do débito, judicialmente reconhecido. (REsp n. 1.700.606/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/6/2022, DJe de 13/6/2022.)”.

A alternativa B está incorreta, pois, mesmo após a homologação do quadro-geral, os credores não habilitados poderão requerer ao juízo da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, conforme o disposto no art. 10, § 6º, da Lei nº 11.101/05: “Art. 10. § 6º Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, requerer ao juízo da falência ou da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito”.

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 51 da Lei nº 11.101/05: “Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento”. Em que pese a banca examinadora ter considerado a

alternativa incorreta, com fundamento na literalidade da norma legal que traz a expressão “outras parcelas a que têm direito” em lugar de “outras parcelas devidas”, é importante destacar que a expressão “parcelas devidas” pode ser usada para definir as parcelas a que o sujeito tenha direito, e, eventualmente não foram pagas. Dessa forma, a alternativa também pode ser considerada correta.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 161, §1º, da Lei nº 11.101/05: “§ 1º Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no § 3º do art. 49 e no inciso II do caput do art. 86 desta Lei, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional”.

A alternativa E está incorreta, pois as alternativas C e D estão corretas.

**QUESTÃO 91. Com base na legislação previdenciária sobre a caracterização dos acidentes e doenças do trabalho, assinale a alternativa correta:**

**a) Não se equipara a acidente de trabalho aquele sofrido pelo trabalhador segurado, no horário e local de trabalho, decorrente de caso fortuito ou de força maior, para os quais não contribuiu o empregador.**

**b) A doença endêmica não é doença do trabalho, exceto se tornar-se pandêmica, pois, nesse caso, não se exige a comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.**

**c) A doença endêmica não é doença do trabalho, independentemente da região onde resida o trabalhador segurado, por não constar na lista de doenças relacionadas ao trabalho publicada pelo Ministério da Previdência Social, não sendo suficiente sua inclusão na lista de doenças de responsabilidade do Ministério da Saúde.**

**d) A doença endêmica adquirida por trabalhador segurado habitante de região em que ela se desenvolva é considerada doença do trabalho se for comprovado que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata dos acidentes de trabalho.

A alternativa A está incorreta. Em verdade, os acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho, em decorrência de caso fortuito ou força maior, são, sim, equiparados aos acidentes de trabalho, independentemente de qualquer contribuição do empregador para a sua ocorrência. Isso pode ser visto no seguinte dispositivo da Lei 8.213/91: "Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: [...] II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de: [...] e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior".

Portanto, o segurado que, dentro do local e do horário de trabalho, eventualmente vier a ser vitimado por um evento danoso ocasionado por caso fortuito ou força maior (como, por exemplo, uma inundação decorrente de fortes chuvas) fará jus aos benefícios de natureza acidentária decorrentes desse evento. Logo, se ele, por exemplo, permanecer incapacitado para as suas atividades habituais por mais de 15 dias, irá receber o auxílio por incapacidade temporária de natureza acidentária.

A alternativa B está incorreta. A legislação não estabelece qualquer distinção entre as doenças endêmicas e as doenças pandêmicas, de modo que o regramento das doenças endêmicas deve ser utilizado para ambas as situações. Assim, é necessário observar o art. 20, §1º, "d", da Lei 8.213/91: "Art. 20. [...] §1º Não são consideradas como doença do trabalho: [...] d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho".

Portanto, o mero fato de uma doença se tornar pandêmica não é suficiente para, por si só, atrair a configuração de um acidente de trabalho, dada a ausência de qualquer previsão legal nesse sentido.

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com o art. 20, §1º, "d", da Lei 8.213/91, em regra, a doença endêmica não será considerada como doença do trabalho, mas desde que ela seja adquirida por um segurado habitante da região em que ela se desenvolva. Além disso, é desnecessário que ela seja inserida em qualquer rol ministerial para que possa ser tida como uma doença do trabalho, tendo em vista que a própria legislação, no dispositivo citado acima, já estabeleceu expressamente uma hipótese na qual essa classificação lhe será outorgada.

A alternativa D está correta, pois reproduz perfeitamente a literalidade do art. 20, §1º, "d", da Lei 8.213/91, que já foi transcrito acima. Por exemplo, imagine que o segurado resida em uma região do Brasil na qual está se espalhando uma determinada doença endêmica, caso em que, como regra, a sua eventual contaminação não será considerada como uma doença do trabalho, de modo que, se ela eventualmente resultar em uma incapacidade temporária para o trabalho por mais de 15 dias, o segurado somente fará jus ao auxílio por incapacidade temporária de natureza previdenciária, mas não terá o benefício de natureza acidentária.

Essa distinção possui relevantes repercussões práticas. Isso porque o benefício de natureza acidentária gera a estabilidade provisória de 12 meses a partir da data do retorno (art. 118, Lei 8.213/91), gera a obrigatoriedade de contribuições ao FGTS por parte do empregador durante o período de afastamento (art. 15, §5º, Lei 8.036/90) e, ainda, atrai a competência da Justiça Estadual, por expressa exclusão constitucional (art. 109, I, parte final, CF); por outro lado, o benefício de natureza previdenciária não gera a estabilidade provisória de 12 meses, não resulta na obrigação de pagamento de contribuições ao FGTS por parte do empregador e, por fim, é de competência da Justiça Federal.

Para concluir com outro exemplo, imagine um vendedor que, seguindo ordens de seu empregador, foi obrigado a ir até o local em que a doença endêmica estava se espalhando e, nessa oportunidade, acabou sendo contaminado. Nessa situação, está configurado um acidente de trabalho (art. 20, §1º, "d", parte final, Lei 8.213/91), e, caso o trabalhador necessite se afastar das suas atividades laborais por um período, fará jus aos benefícios de natureza acidentária, com todos os consectários mostrados acima.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

**QUESTÃO 92.** Galvão trabalha em Brasília como empregado de uma empresa de tecnologia e obteve financiamento de sua empregadora para realizar curso sobre inteligência artificial em uma Universidade de São Paulo, em decorrência de plano de capacitação instituído pela empregadora, com garantia do afastamento das atividades laborais. Deslocou-se no seu próprio carro até aquela capital e, ao entrar na cidade, sofreu grave acidente de trânsito, que o incapacitou para realizar as atividades acadêmicas na instituição de ensino. Diante desse fato, Galvão requereu o auxílio por incapacidade temporária. Assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação previdenciária:

a) Galvão não tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o acidente não está caracterizado como acidente de trabalho em razão de ter recebido financiamento para estudo e ter se deslocado para outra cidade no seu veículo por interesse próprio.

b) Galvão não tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o acidente não está caracterizado como acidente de trabalho, uma vez que não estava executando ordens ou realizando serviço sob a autoridade da empresa.

c) Galvão tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o seu acidente está caracterizado como acidente de trabalho, posto que estava em viagem para atualização profissional em razão do plano da empresa para capacitar mão de obra.

d) Galvão tem direito a receber auxílio por incapacidade temporária para o trabalho, pois o seu acidente está caracterizado como acidente de trabalho, em razão de que, embora o financiamento do estudo não esteja entre as hipóteses equiparáveis à execução de ordens do empregador, a empresa o dispensou do trabalho e, por essa circunstância, o empregado não pode ficar sem remuneração e sem cobertura previdenciária.

e) Não respondida.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata dos acidentes de trabalho.

A alternativa A está incorreta, pois ela contraria frontalmente a Lei 8.213/91, que dispõe: "Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: [...] IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: [...] c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado".

Portanto, a partir da leitura da alínea "c", acima transcrita, podemos concluir que o fato de Galvão ter se deslocado com seu próprio veículo para a realização do curso e ter recebido financiamento da empresa não é suficiente para afastar a configuração do acidente de trabalho sofrido por ele.

A alternativa B está incorreta. Para a caracterização do acidente de trabalho, não é estritamente necessário que o segurado esteja executando ordens ou realizando serviços sob a autoridade da empresa, pois o inciso IV do art. 21 da Lei 8.213/91 traz diversas situações nas quais os acidentes sofridos pelo segurado, ainda que fora do local e do horário de trabalho, podem vir a ser considerados como acidentes de trabalho, sendo certo

que o evento que vitimou Galvão merece essa classificação, como se pode ver a partir da leitura da alínea "c" do referido dispositivo.

A alternativa C está correta. Como já visto anteriormente, o fato de o segurado estar realizando uma viagem financiada pela empresa para melhor capacitação da mão de obra é suficiente para que, nessa situação, um evento danoso sofrido por ele (por exemplo, um acidente de trânsito) possa vir a ser considerado um acidente de trabalho, de acordo com o art. 21, IV, "c", da Lei 8.213/91. O motivo disso está no fato de que a empresa irá obter um grande proveito com a maior capacitação da mão de obra do segurado, logo, ela também deverá arcar com os prejuízos eventualmente advindos da viagem na qual ocorreu o evento danoso.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, como já dito, a viagem financiada pela empresa para a melhor capacitação da mão de obra é uma situação capaz de atrair a configuração do acidente de trabalho em caso de ocorrência de um evento danoso (art. 21, IV, "c", Lei 8.213/91). Por isso, está incorreto afirmar que a viagem financiada para esse fim não é uma "hipótese equiparável à execução de ordens do empregador", já que, por expressa previsão legal, existem diversas situações nas quais o acidente de trabalho pode se configurar independentemente de o segurado estar executando ordens dadas pelo empregador ou de estar fora do local e do horário de trabalho, e o caso concreto narrado no enunciado é um bom exemplo disso.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

**QUESTÃO 93. De acordo com a legislação previdenciária, é correto afirmar:**

**a) A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social considera caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças.**

**b) O nexos técnico epidemiológico deve ser aplicado, pela Previdência Social, para a concessão de auxílios por incapacidade temporária, nos casos em que há recusa de emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho pela empresa, gerando, em qualquer caso, o direito a auxílio de natureza não acidentária com o mesmo valor do auxílio acidentário.**

**c) A perícia médica federal considera caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a existência de nexos técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças, não sendo admitido recurso com efeito suspensivo da decisão.**

**d) A presunção de natureza acidentária é relativa quando verificado o nexos técnico epidemiológico, podendo ser afastada pela perícia médica federal, por decisão fundamentada, à vista das provas e argumentos baseados nos Programas de Gerenciamento de Risco apresentados pelas empresas em recurso dotado de efeito meramente devolutivo.**

**e) Não respondida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da perícia médica em caso de acidente de trabalho.

A alternativa A está correta, pois ela reproduz a literalidade do art. 21-A da Lei 8.213/91: "A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento".

Portanto, existindo uma relação de causalidade entre o trabalho desenvolvido pela empresa e a lesão ou doença sofrida, ficará configurada a natureza acidentária da incapacidade que acomete o trabalhador.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão legal para que o nexo técnico epidemiológico seja aplicado em todas as hipóteses nas quais ocorra a recusa de emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho por parte da empresa, pois, de acordo com o art. 21-A da Lei 8.213/91, a sua aplicação exige a devida presença da relação de causalidade entre o trabalho desenvolvido pela empresa e a doença motivadora da incapacidade. Somente nessas situações é que o nexo técnico epidemiológico poderá ser aplicado e, assim, poderá resultar na concessão de um benefício de natureza acidentária.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está quase integralmente correta, mas o erro está em afirmar que não se admitirá recurso com efeito suspensivo da decisão a respeito da aplicação do nexo técnico epidemiológico, pois o §2º do art. 21-A da Lei 8.213/91 prevê expressamente a possibilidade desse recurso: "A empresa ou o empregador doméstico poderão requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso, com efeito suspensivo, da empresa, do empregador doméstico ou do segurado ao Conselho de Recursos da Previdência Social".

A alternativa D está incorreta. A natureza acidentária da incapacidade é decorrente da aplicação do nexo técnico epidemiológico, o qual é atestado pela própria perícia médica federal (art. 21-A, Lei 8.213/91), logo, não há lógica em afirmar que essa situação produz uma presunção relativa que pode ser afastada pela perícia médica, tendo em vista que ela própria está atestando o fato de que a incapacidade é efetivamente acidentária, o que torna a alternativa totalmente incorreta.

Por fim, outro erro dessa alternativa está na afirmação de que o recurso apresentado pela empresa é dotado de efeito meramente devolutivo, tendo em vista que a legislação é expressa ao lhe conceder também o efeito suspensivo (art. 21-A, §2º, Lei 8.213/91).

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa A.

#### **QUESTÃO 94. Assinale a alternativa correta:**

**a) A Lei dos Agrotóxicos tipifica como crime a produção, a utilização ou a comercialização de agrotóxicos não registrados ou não autorizados, prevendo a majoração em dobro da pena se do crime resultar dano ao meio ambiente.**

b) O crime de rufianismo consiste em submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de dezoito anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.

c) Constitui crime a exigência de perícia ou de exame relativo a estado de gravidez, para efeitos admissionais, ressalvada a hipótese de autorização da trabalhadora, caso seja maior de dezoito anos.

d) A divulgação, sem justa causa, de conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, configura crime contra a inviolabilidade de segredos, ainda que não resulte dano.

e) Não respondida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Crimes em espécie.

A alternativa A está incorreta. A Lei de Agrotóxico (Lei nº 14.785/23) tipifica a conduta descrita na questão no artigo 56. O referido dispositivo, todavia, estabelece o aumento de pena, para o caso de dano ao meio ambiente em 1/3 até metade e não o dobro: Art. 56. Produzir, armazenar, transportar, importar, utilizar ou comercializar agrotóxicos, produtos de controle ambiental ou afins não registrados ou não autorizados: Pena: reclusão, de 3 (três) a 9 (nove) anos, e multa. Parágrafo único. A pena será aumentada: I - de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço), se do crime resultar dano à propriedade alheia; II - de 1/3 (um terço) até a metade, se do crime resultar dano ao meio ambiente; III - da metade até 2/3 (dois terços), se do crime resultar lesão corporal de natureza grave em outrem; IV - de 2/3 (dois terços) até o dobro, se do crime resultar a morte.

A alternativa B está incorreta. A conduta descrita na alternativa se refere ao crime de “Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável”, o qual está tipificado no artigo 218-B do CP: “Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone”.

O rufianismo está previsto no artigo 230 do CP, o qual tipifica a conduta de: “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”.

A alternativa C está incorreta. A Lei 9.029/95 estabelece que constitui crime as práticas discriminatórias, dentre as quais (art. 2, I, da Lei nº 9.029/95 ) “I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;”. Tal norma não prevê a ressalva trazida na alternativa.

A alternativa D está correta. O artigo 153 está dentro da seção sobre crimes contra a inviolabilidade dos segredos, tipificando a conduta de Divulgação de Segredos. Neste sentido, estabelece o referido dispositivo legal: “Art. 153 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem”.

Percebe-se, assim, que o dano não é exigência do tipo, mas apenas se exige que a divulgação do segredo possa gerar dano, a ocorrência deste é mero exaurimento, de modo que tal tipo penal é considerado formal,

pela doutrina: “Momento consumativo: Quando a conduta é praticada, independentemente de resultado naturalístico.” NUCCI

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa D.

#### **QUESTÃO 95. Assinale a alternativa correta:**

**a) O tráfico de pessoas é um exemplo de crime comissivo ou omissivo, na medida em que é praticado mediante um fazer ou uma abstenção.**

**b) A desistência voluntária, também conhecida como tentativa qualificada, ocorre quando o sujeito ativo abandona a execução do crime antes da sua consumação. Já o arrependimento posterior ocorre quando o sujeito do crime, após terminada a execução do tipo penal, adota nova conduta para evitar a consumação.**

**c) O crime tentado ocorre quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Caso se trate de contravenção penal, a tentativa não é punível.**

**d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre *iter criminis*.

A alternativa A está incorreta. O tráfico de pessoas é conduta prevista no art. 149-A, que o define como o ato de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de (I)remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; (II) submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; (III) submetê-la a qualquer tipo de servidão; (IV) adoção ilegal; ou (V) exploração sexual. Percebe-se que todas as condutas elencadas no tipo penal exigem um *facere* do agente, tratando-se, portanto, de crime comissivo. Dessa feita, a alternativa encontra-se incorreta por não prever uma modalidade omissivo do crime de tráfico de pessoas.

A alternativa B está incorreta. A primeira parte da alternativa encontra-se correta. De fato, a desistência voluntária pode ser entendida como tentativa qualificada, que se caracteriza quando o resultado não ocorre por circunstâncias intrínsecas à vontade do autor. Contudo, o ato do agente, após a execução do crime, praticar conduta que vise a impedir que este se consuma, reflete o instituto do arrependimento eficaz. Já o arrependimento posterior é uma causa de diminuição da pena, quando, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o agente repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou queixa.

A alternativa C está correta. O art. 14, II, do CP define tentativa como o crime que tem sua execução iniciada, mas deixa de se consumar por circunstâncias alheias à vontade do agente. Constitui uma norma de adequação típica por subordinação mediata ou indireta, uma verdadeira extensão temporal da figura típica, que propicia alcançar condutas temporalmente anteriores ao momento consumativo. A tentativa é uma causa de diminuição obrigatória, que será levada em consideração na terceira fase de dosimetria,

provocando uma redução da sanção imposta, de um a dois terços. A segunda parte da alternativa também se afigura correta, uma vez que, de acordo com o art. 4º, da Lei de Contravenções Penais, a tentativa não é punida nas contravenções.

A alternativa D está incorreta. Trata-se da definição trazida pelo CP, em seu art. 15, acerca das figuras da desistência voluntária e do arrependimento eficaz. Quando o agente voluntariamente escolhe interromper sua conduta ao longo do *iter criminis*, responderá apenas pelos atos já praticados.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

**QUESTÃO 96. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa correta:**

**a) No crime de denúncia caluniosa, não configura causa de aumento da pena a circunstância de o agente se servir de anonimato ou de nome suposto.**

**b) No crime de favorecimento pessoal, não há previsão no Código Penal de isenção de pena se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso.**

**c) A finalidade de favorecer interesse próprio ou alheio constitui elemento essencial à caracterização do crime de coação no curso do processo.**

**d) Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em juízo arbitral constitui conduta atípica.**

**e) Não respondida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. O artigo art. 339, §1º, do CP estabelece o aumento de pena em 1/6 nos casos em que o agente se serve de anonimato ou de nome suposto: “Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa. § 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.”

A alternativa B está incorreta. O artigo art. 348, §2º, do CP estabelece a causa de isenção de pena para aquele que é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso e o auxilia: “Art. 348 - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão: Pena - detenção, de um a seis meses, e multa. § 1º - Se ao crime não é cominada pena de reclusão: Pena - detenção, de quinze dias a três meses, e multa. § 2º - Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.”

A alternativa C está correta. O artigo 344 do CP traz a finalidade de favorecer interesse próprio ou alheio como elemento do crime de coação no curso do processo: “Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça,

com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitra.”

A alternativa D está incorreta. A referida conduta esta tipificada no artigo 342 do CP se caracterizando como “falso testemunho ou falsa perícia”: “Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.”.

A alternativa E está incorreta, pois a resposta encontra-se na alternativa C.

#### **QUESTÃO 97. Sobre o Mercado Comum do Sul, assinale a alternativa correta:**

**a) O Grupo Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul, com atribuição para a sua condução política e tomada de decisões a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a sua constituição definitiva.**

**b) O mecanismo de solução de controvérsias do Mercosul, estabelecido pelo Protocolo de Olivos, prevê a possibilidade de interposição de recurso de revisão em face de laudo arbitral emitido por Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão.**

**c) O Protocolo de Olivos prevê mecanismos de solução de controvérsias entre Estados-Membros, inexistindo previsão de mecanismo de reclamação de particulares.**

**d) O Protocolo de Olivos assegura aos particulares, pessoas físicas ou jurídicas, a possibilidade de acionamento direto do Tribunal Permanente de Revisão.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O grupo mercado comum – GMC é um órgão decisório, executivo do MERCOSUL, mas é responsável pela fixação dos programas de trabalho e de negociar acordo em nome do MERCOSUL.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 17, item 1, do Protocolo de Olivos: 1. Qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão, em prazo não superior a quinze (15) dias a partir da notificação do mesmo.

A alternativa C está correta. O Protocolo de Olivos permite a solução de controvérsia por particulares, conforme previsto no artigo 39: O procedimento estabelecido no presente Capítulo aplicar-se-á às reclamações efetuadas por particulares (pessoas físicas ou jurídicas) em razão da sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados Partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, em violação do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

A alternativa D está correta. O acionamento é perante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum, conforme previsto no artigo 40, item 1, do Protocolo de Olivos: 1. Os particulares afetados formalizarão as reclamações ante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte onde tenham sua residência habitual ou a sede de seus negócios.

A alternativa E está correta, pois a alternativa B está correta.

#### **QUESTÃO 98. Assinale a alternativa correta:**

**a) Conforme jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, às organizações internacionais aplica-se, quanto à imunidade de jurisdição, a regra do direito consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados.**

**b) Conforme a Convenção de Viena de 1967, a ruptura das relações diplomáticas entre dois Estados acarretará, ipso facto, a ruptura das relações consulares.**

**c) Conforme a ordem jurídica brasileira, os tribunais nacionais podem excepcionalmente admitir provas que a lei brasileira desconheça.**

**d) Para aplicação da lei estrangeira, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro determina expressamente a observância do princípio da ordem pública.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Em relação às organizações internacionais, nós temos Orientação Jurisprudencial 416 da SDI -1 do TST: “ “IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ORGANIZAÇÃO OU ORGANISMO INTERNACIONAL. As organizações ou organismos internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa à cláusula de imunidade jurisdicional”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 2º, item 3 da Convenção de Viena de 1967, “3. A ruptura das relações diplomáticas não acarretará *ipso facto* a ruptura das relações consulares”.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 13 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Art. 13. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 17 da Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro: Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

A alternativa E está incorreta, pois a letra D responde a questão.

**QUESTÃO 99. A respeito da Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal do Conselho da Europa, assinale a alternativa correta:**

**a) A Convenção tem por finalidade proteger apenas as pessoas europeias ou estrangeiros residentes na União Europeia no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais.**

**a) O tratamento de dados deverá ser proporcional à finalidade legítima buscada e refletir, em todas as fases do tratamento, um justo equilíbrio entre todos os interesses envolvidos, públicos ou privados, e os direitos e liberdades em causa.**

**c) A respeito dos direitos do titular dos dados, é correto afirmar que não poderão ser objeto de uma decisão que o afete significativamente, com base exclusivamente em tratamento automatizado de dados, ainda que os seus pontos de vista sejam tomados em consideração.**

**d) Os dados pessoais sujeitos a tratamento deverão ser recolhidos para finalidades explícitas ou implícitas, específicas e legítimas, salvo quando necessária inobservância dessa regra por razões de interesse público ou privado.**

**e) Não respondida.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O artigo 1º da Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal do Conselho da Europa responde todas as alternativas.

De acordo com o artigo 1º: A presente Convenção destina-se a garantir, no território de cada Parte, a todas as pessoas singulares, seja qual for a sua nacionalidade ou residência, o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais, e especialmente pelo seu direito à vida privada, face ao tratamento automatizado dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito («protecção dos dados»).

A alternativa A está correta. Trata-se da universalidade da protecção dos direitos fundamentais, que inclui a protecção de dados.

A alternativa B está correta. Trata-se da proporcionalidade dos princípios fundamentais, que, nos termos do artigo 1º, constitui finalidade da protecção de dados.

A alternativa C está incorreta. O tratamento automatizado é justamente a finalidade da lei, que rege a protecção dos dados.

A alternativa D está incorreta. A alternativa mostrou-se contraditória, pois não é possível a utilização de finalidades ilegítimas de forma excepcional, como mencionado ao final.

A alternativa E está incorreta, pois a letra B responde a questão.

**QUESTÃO 100. Assinale a alternativa correta:**

- a) De acordo com o princípio do centro de gravidade, as regras de Direito Internacional Privado deixarão de ser aplicadas sempre que o juiz entender que existe, diante da gravidade de um caso concreto, uma norma mais favorável à parte hipossuficiente, dando maior liberdade ao juiz para decidir.
- b) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores. Esta soberania não se estende ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial.
- c) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, todo Estado deve tomar medidas eficazes para impedir e punir o transporte de escravos em navios de sua bandeira, considerando-se ipso facto, livre, todo escravo que se refugie num navio, qualquer que seja a sua bandeira.
- d) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os navios pertencentes a um Estado ou por ele operados e utilizados unicamente em serviço oficial não comercial não gozam, no alto mar, de completa imunidade de jurisdição que não seja a da sua bandeira, devendo se submeter à jurisdição do país mais próximo de sua localização.
- e) Não respondida.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. No julgamento da ED-RR, a Ministra do TST bem definiu o que vem a ser o princípio do centro da gravidade: “O princípio do centro de gravidade, ou, como chamado no direito norte-americano, most significant relationship, afirma que as regras de Direito Internacional Privado deixarão de ser aplicadas, excepcionalmente, quando, observadas as circunstâncias do caso, verifica-se que a causa tem uma ligação muito mais forte com outro direito. É o que se denomina “válvula de escape”, dando maior liberdade ao juiz para decidir que o direito aplicável ao caso concreto” (Processo: ED-RR - 12700-42.2006.5.02.0446 Data de Julgamento: 06/05/2009, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/05/2009.)

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 2º, itens 1 e 2, da Convenção da ONU sobre direito do Mar: 1. A soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial. 2. Esta soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo deste mar.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 99 da Convenção da ONU sobre direito do Mar: Todo Estado deve tomar medidas eficazes para impedir e punir o transporte de escravos em navios autorizados e arvorar a sua bandeira e para impedir que, com esse fim, se use ilegalmente a sua bandeira. Todo escravo que se refugie num navio, qualquer que seja a sua bandeira, ficará, ipso facto, livre.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 96 da Convenção da ONU sobre direito do Mar: Os navios pertencentes a um Estado ou por ele operados e utilizados unicamente em serviço oficial não comercial

gozam, no alto mar, de completa imunidade de jurisdição relativamente a qualquer Estado que não seja o da sua bandeira.

A alternativa E está incorreta, pois a letra C responde a questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](#) / [yasminushara](#)